

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH**  
**MESTRADO EM PSICOLOGIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PSICOLOGIA SOCIAL**

**“Sobre a crise na psicologia:  
Uma leitura social da clínica”**

**Marco A. Portela**

## **SOBRE A CRISE NA PSICOLOGIA:**

### **Uma leitura social da clínica**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Área de Concentração: Psicologia Social  
Orientador: Prof. José Paulo Giovanette

**BELO HORIZONTE**

**2006**

Portrela, Marco A.

“Sobre a crise na psicologia: uma leitura social da clínica.” Belo Horizonte: UFMG/FAFICH, 2006, p. 119

Dissertação (Mestrado) UFMG. FAFICH

Dissertação defendida e aprovada em      de fevereiro de 2006, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

---

Prof. José Paulo Giovanette

---

---

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a execução desta dissertação: Colegas de trabalho, de Faculdade, amigos, conhecidos, parentes. Mas devo um agradecimento especial a algumas pessoas também especiais: à Valéria, sem a qual não chegaria onde estou hoje; às minhas filhas Ananda, Isis e Luíza que, cada uma a seu modo, me incentivaram e inspiraram; a meu pai e minha mãe, à Bianca, Cláudia e Patrícia; aos mestres com os quais tive o privilégio de estudar e aprender: na espiritualidade, Marta, Carlos, Ismail e Luciano. Na ciência: Rinaldo, Gisele e Giovanette, cujos ensinamentos abriram muitas portas na minha vida.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>2. MODERNIDADE.....</b>	<b>11</b>
2.1 Introdução.....	11
2.2 O contexto histórico-social.....	13
2.3 O sujeito e suas diversas faces.....	15
2.4 As escolas de psicologia no início do século XX.....	18
2.5 As críticas e seus críticos.....	25
2.5.1 Vigotski.....	26
2.5.2 Politzer.....	38
<b>3. PÓS-MODERNIDADE.....</b>	<b>49</b>
3.1 O novo contexto para um velho paradigma.....	49
3.2 Seus sujeitos e suas novas formas de constituição.....	57
3.3 As psicologias em fins do século XX.....	67
3.4 As críticas, alguns críticos e algumas saídas.....	76
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>87</b>
<b>5. REFERENCIAS.....</b>	<b>99</b>

## 1. INTRODUÇÃO

*As “boas” intenções da Psicologia  
necessitam ser desconstruídas, com o  
objetivo de fazer aflorar perigosas  
ingenuidades que têm sustentado  
nossas práticas”*  
Tania Mara Fonseca

Estamos diante de uma nova clínica e nossos referenciais teóricos parecem não mais atender às novas demandas de um sujeito também em mutação, nossos velhos modelos e paradigmas já não dão conta de toda sua riqueza e complexidade. “Utilizamos-nos de nossa linguagem fronteiriça, ajustamos nossos velhos conceitos de modo a fazê-los dizerem coisas novas, e nos encontramos em uma situação desconfortável a qual acredito, deveríamos explicitar” (MELUCCI, 1996 p. 208). Ou seja, estamos tentando dizer coisas novas, utilizando-nos de uma linguagem velha.

Quais as características do mundo na modernidade e na pós-modernidade? Quem é este sujeito moderno e como se constitui na pós-modernidade a partir de um mundo plural e fragmentado? Quais foram os impactos dos tempos modernos na psicologia e como esta se encontra hoje, nos tempos pós-modernos? Que tipo de críticas a epistemologia da psicologia tem produzido? O cenário atual aponta para quais direções? Será que não está na hora de uma epistemologia *na* psicologia? Não visamos trazer respostas prontas e definitivas para estas questões, pois isto não existe, mas dar uma contribuição para a construção da nossa história, a história da psicologia.

O tema da clínica é extremamente atual, relevante e necessário, principalmente sua contextualização dentro do mundo contemporâneo com seus atravessamentos e recortes a partir de outros discursos, como o social, o político e o biológico advindo das neurociências. Hoje, a

psicologia clínica está vivendo grandes impasses, neste trabalho, parto da hipótese de que a psicologia clínica\* está em crise.

Crise aqui, podendo ser definida como a “quebra de uma concepção de mundo. O que na consciência coletiva era evidente, agora é posto em discussão” (BOFF 1996, p. 16). E qual é a concepção de mundo que se está pondo em cheque? No caso que nos interessa neste trabalho, trata-se do paradigma individualista e da concepção construída e alimentada ao longo de séculos acerca do que é o sujeito e a subjetividade. Boff continua: “o modelo de sociedade e o sentido de vida que os seres humanos projetaram para si, pelo menos nos últimos 400 anos, estão em crise... é crise do nosso paradigma dominante, do nosso modelo de relações mais determinante, de nosso sentido de viver preponderante” (ibidem p. 16 e 24). Lanço mão do conceito de paradigma no mesmo sentido de Kuhn (apud BOFF 1996 p. 27) “toda uma constelação de opiniões, valores e métodos, etc. participados pelos membros de uma sociedade”, fundando um sistema mediante o qual a sociedade se orienta a si mesma e organiza o conjunto de suas relações.

Portanto, consideramos que a psicologia clínica está em crise. Considerando que a maioria de nossas teorias na psicologia clínica foram elaboradas há cerca de, no mínimo 40 anos atrás; considerando que a partir dos anos 60 grandes mudanças determinaram o advento de novos contextos onde o sujeito se constitui, ou seja, o mundo hoje é muito diferente do mundo de 40 anos atrás, podemos dizer que esta crise se explicita em função da clínica não ter conseguido acompanhar a evolução dos tempos, a transformação do mundo e do sujeito pós-moderno. Nossas teorias não estão mais dando conta de lidar com este sujeito que escorre pelas mãos, nos escapa e nos causa perplexidade, colocando em cheque o tempo todo nosso saber clínico.

É um tema extremamente atual, e importante, pois está em jogo toda a produção ou conhecimento da psicologia clínica e seu futuro. A temática da crise hoje é tão urgente que está sendo explicitada por diversos autores contemporâneos que estão, neste exato momento se debruçando sobre este tema. Pipocam os artigos e publicações a respeito em todo o mundo

---

\* A partir daqui denominado apenas ‘clínica’.



abordando a questão sob diversos matizes ou enfoques diferentes. Alguns, em função dos avanços das neurociências, tentam uma saída pelo biológico, outros buscam respostas e se abrem para as abordagens sociais ou psicossociais. A maioria esmagadora destes artigos, não só explicitam a crise mas buscam saídas na inter e transdisciplinaridade. Concebem um sujeito concreto, com um corpo e inserido em um contexto social e histórico.

Portanto, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise da crise da psicologia clínica dentro de um enfoque social, tentando mostrar também, que o saber clínico não surgiu apenas da cabeça de um ou mais pensadores em função de suas intuições e genialidades, mas que seu surgimento só foi possível porque havia um contexto histórico específico que possibilitou sua emergência. Isto é, a produção do saber não surge somente de mentes brilhantes e pensantes, mas se dá num perpétuo movimento dialético entre ciência ou as ciências e a história ou o contexto sócio-cultural.

A cada nova etapa histórica vivida pela humanidade alteram-se as ideologias, os paradigmas, surgem novas formas de relações e um novo sujeito, ou novos sujeitos com novas formas de subjetivação da experiência. A produção do saber acompanha este movimento, tanto influenciando as novas transformações no contexto, como sendo influenciado por elas, num movimento dialético e dialógico. Ou seja, a clínica sempre foi, e é, determinada histórica e socialmente, e a despeito do que pensem seus protagonistas, sempre serviu a propósitos específicos, chegando, em determinados casos, nos limites da ideologia.

Fazendo um paralelo com os ciclos de vida do sujeito, diria que há um século atrás a clínica vivia a crise da primeira infância, vivendo seu conflito edipiano e dividida em “duas caras, assim como Jano: uma dirigida para a fisiologia e as ciências naturais, e outra para as ciências do espírito, para a história, a sociologia, uma é a ciência das causas, a outra dos valores. Parece que seria preciso escolher uma das duas” (Vigotski, 1996 p. 341). Ambas as correntes, uma de caráter explicativo, positivista como a comportamental, outra de caráter compreensivo, descritivo como a fenomenologia, aliadas à dialética e à psicanálise nascente, vieram a se constituir nos principais

fundamentos para todo o desenvolvimento posterior da clínica, gerando centenas de abordagens diferentes.

Na ocasião, vários psicólogos e epistemólogos (Politzer, Vigotski, Bachelar, etc), não só procuraram evidenciar a crise como também dar sentido a ela, buscando uma saída. Diante dos impasses e desafios gerados pelas novas práticas, a clínica ao longo do século passado se ensimesmou (fechou em si mesma), como se estivesse em seu período de latência. Movimento este necessário para que ela pudesse criar um campo consistente de saberes e de práticas.

Hoje, a clínica vive a crise da adolescência. Está sendo forçada a sair de si e buscar referências para sua prática em diversas outras disciplinas. Está sendo forçada a sair do consultório em busca de outros campos de trabalho, de atuação. Portanto, no rastro de todas as transformações no mundo contemporâneo, a clínica também está em processo de mudança, e o modelo tradicional desenvolvido a partir do início do século XX, e que tem como ícone o consultório particular (e por que não dizer o divã?), sofreu profundas transformações, principalmente a partir da década de 80, a entrada na pós-modernidade . O olhar e a escuta continuam norteadores desta prática, mas o espaço se ampliou e o tempo é vivido e dimensionado através de novas formas de subjetivação da experiência impostas pela sociedade pós-moderna.

A modernidade tardia\* (GIDDENS, 2002) tem colocado toda a psicologia, bem como nosso modelo de clínica em cheque o tempo todo. Correntes novas surgem, ou antigas ressurgem das cinzas a cada instante. Não nos pode servir de consolo pensar que todas estas correntes se enquadram em um dos três modelos epistêmicos mais importantes em psicologia clínica, ou seja comportamental, existencial-fenomenológico e psicanalítico, mesmo porque, a infinita produção do saber na modernidade tardia – impossível para qualquer ser humano digerir no período de uma existência – jamais caberia nestes três moldes, ou em quaisquer outros.

Pichon-Riviére (1998) ressaltou como particularidade fundamental da psicologia social, esta ser operativa e instrumental, “com características de uma interciência, cujo campo é abordado por

uma multiplicidade interdisciplinar (epistemologia convergente) da qual deriva a multiplicidade das técnicas”. Acho que o conceito de epistemologia convergente se encaixa não só para a psicologia social como também para a psicologia clínica e por que não dizer para toda a Psicologia que, em suas várias linhas se constituiu em um caleidoscópio interdisciplinar.

Faz-se necessário neste momento uma definição sucinta de clínica. O termo clínica vem do grego *Klíne*, que quer dizer cama ou leito. Ao falar de clínica, nos referimos às micro-ações. A clínica é a arte de olhar, observar e tratar o paciente que está na cama. É o atendimento um por um (GARCIA, 1997), o contato do técnico com o paciente. Portanto, a clínica é antes de tudo uma prática. Uma prática, que produz um saber. A clínica, ou o discurso clínico se interessa pelo sujeito, pela subjetividade. O problema que se coloca neste momento é que sujeito é este de quem a clínica está falando? Ou melhor, que sujeito a clínica construiu ao longo do século passado?

Procurei não me limitar a somente uma tendência teórica, entendendo que não há abordagem que dê conta do sujeito contemporâneo, que é maior e mais vasto que qualquer teoria. De forma que lanço mão, em cada parte do texto, de autores, tendências e abordagens (dentro da psicologia e outras disciplinas) que tem a contribuir com o tema em questão. Demonstrando minha visão de que para entender o sujeito pós-moderno temos que extrapolar as fronteiras da psicologia seja social ou clínica. Porém sem perder a linha mestra, ou seja, a tônica crítica ou histórico-crítica. Digo tônica, pois não se trata de adotar esta abordagem *ipsis literis*, mas alguns de seus conceitos e postulados, úteis para esta construção teórica.

Especificamente em relação à crise da clínica, nosso objeto de estudo, vou trabalhar – em relação á modernidade – com a análise de Vigotski (1996) e de Politzer (1998) que no início do século passado já procuraram explicitá-la e problematizá-la. E no que tange à pós-modernidade, selecionei autores como Neubern (2004), que faz uma crítica à clínica tendo como referência a teoria da complexidade de Morin; e Moreira e Sloan (2002) representantes da abordagem crítica

---

\* Termo utilizado no mesmo sentido de pós-modernidade tal será definido adiante.

na psiquiatria e na psicologia. Procuo concluir com as abordagens de Giddens (2002), Thompson (1998) e Renault (1998).

Porém, como dito acima, lanço mão também de outros autores que clareiam e enriquecem o tema. Importante considerar que este, por ser um tema atual onde, em todo o mundo está sendo discutido, dezenas de outros pensadores poderiam ser utilizados nesta construção, porém, faz-se mister a delimitação de alguns autores em função das características do estudo e das limitações do próprio autor. É hoje praticamente impossível para qualquer pesquisador conhecer toda a infinita produção teórica sobre este tema – ou qualquer outro – afim de utilizá-la em suas obras. Deve-se, portanto, delimitar objeto e autores.

No capítulo 1 vamos analisar os contextos da modernidade. Faremos uma análise acerca dos tempos modernos, sua sociedade, seus sujeitos e das correntes de psicologia que na época dialogavam ou travavam uma luta pela expansão de seu saber. Tendo em vista os sujeitos produzidos por este tempo, vamos buscar contextualizar a produção do saber da psicologia, suas transformações e as críticas que se produziram ao longo deste período. Resgato as críticas de Vigotski e Politzer, que de uma certa forma ainda hoje são pertinentes, atuais e nos acompanharão até a pós-modernidade. Vamos procurar mostrar como o sujeito, a psicologia e suas críticas andam pari-passo com o contexto histórico-social, reforçando o paradigma individualista das modernidades.

No capítulo 2, abordaremos o sujeito, o contexto histórico social e a psicologia hoje, na pós-modernidade. Tempos turbulentos, onde as mudanças radicais das últimas décadas alteraram de forma substancial a vida, as relações e as formas de subjetivação da experiência, dando origem a um novo sujeito, o qual, creio, as práticas clínicas vigentes ainda não conseguiram se adaptar. Retomaremos as críticas de Politzer e Vigotski, principalmente nos pontos de fixação, ou seja de repetição, onde a crítica ainda hoje é válida. E somo às críticas de contemporâneos da psicologia e psiquiatria como Moreira & Sloan (2002), Neubern (2004) dentre outros.

A psicologia clínica carece de uma história e vamos contar esta dentro de uma ótica social, por isso grande parte dos autores que cito são das áreas das ciências sociais e humanas. Sociólogos como Giddens e Tomka, psicólogos sociais como Melucci dentre outros deram também uma contribuição importante.

Por fim concluiremos a dissertação refletindo acerca dos prováveis rumos para a psicologia, em especial a clínica. Na busca de uma saída para os impasses em que se encontra hoje a prática clínica, tentamos articular com esta, conceitos do social. Vamos rever conceitos como o de autonomia e independência (RENAUT, 1998), interdependência, intersubjetividade, dialogia e produção de sentidos (SPINK, 2002), transpondo-os para a teoria e a prática clínica, afim de suscitar reflexões que contribuam para que a clínica se adapte aos novos tempos e ao novo sujeito da pós-modernidade. Giddens (2002), Thompson (2004), Renaut (1998) e Spink (2000) serão, dentre outros, alguns dos autores visitados nesta parte. Aqui tenho apenas a intenção de apontar um caminho, abrir uma perspectiva e não construir respostas prontas.

Que a psicologia está – e sempre esteve – em crise, isto é claro. Porque e como ela mergulhou nesta crise ainda são questões em aberto. E qual a saída para a crise ainda é mais obscuro. O mais provável é que não seja uma saída mas várias, talvez tantas quantos os livres pensadores a meditar sobre a questão. Um novo paradigma em clínica está se construindo ante nossos olhos. O que apresento são apenas reflexões que visam contribuir para a construção de uma prática clínica mais contextualizada e que atenda à mais prementes necessidades e demandas de um sujeito sem norte, desnorteado.

## 2. MODERNIDADE

*A cultura modernista é por  
exelência uma cultura da  
personalidade. Tem por  
centro o eu.*  
Gilles Lipovetsky

### 2.1 Introdução

Modernidade, modernismo, modernização, pós-modernidade, modernidade tardia, alta modernidade, estes e outros mais são termos usados para definir o contexto social em que entrou a humanidade a cerca de duzentos anos atrás. O radical *moder* tem origem no advérbio latino *modo*, que significa recente, há pouco, daqui a pouco; “já nos séculos V e VI de nossa era, *modernus* se contrapôs a *antiquus*, numa linguagem cronológica...e tornou-se então o atual, o bom em contraposição ao antigo, o velho o superado” (AZEVEDO, 1993 p. 20).

Em relação aos três primeiros termos acima, modernismo, modernização e modernidade. Apesar de estarem ligados de forma intrínseca a um momento histórico social, muitas vezes são usados de forma indistinta pela imprensa e por vários autores. No entanto tem acepções bem distintas e são usados em contextos específicos. Modernismo se refere a processos artísticos, arquitetônicos e literários. Segundo Lipovetsky “desde há mais de um século, o capitalismo encontra-se dilacerado por uma crise cultural profunda, aberta, que podemos resumir numa palavra: o modernismo, ou seja essa nova lógica artística baseada em rupturas e discontinuidades, assentando na negação da tradição, no culto da novidade e da mudança” (1983 p. 77), para o autor o movimento ganha força principalmente a partir do início do século XX, quando então “os artistas não param de destruir as formas e sintaxes instituídas”.

Modernização por outro lado diz respeito aos avanços técnicos e tecnológicos, em que modos obsoletos de produção são substituídos por técnicas e métodos mais recentes e elaborados. Já modernidade se refere a uma época histórica e a uma novo paradigma cultural que se contrapõe á antigüidade e á idade média. No contexto deste trabalho, adoto o termo modernidade, mais correntemente utilizado (e por extensão pós-modernidade). Porém, como se percebe, os três termos estão, de qualquer forma, ligados um ao outro. Arte, ciência, tecnologia e saber evoluem pari passo com o contexto sócio-histórico num movimento dialético, e poderíamos mesmo dizer dialógico, se influenciando mutuamente.

Já a modernidade, para Baudrillard, está “não é nem um conceito sociológico, nem um conceito político, nem propriamente um conceito histórico. É um modo de civilização característico, que se opõe ao modo da tradição... a modernidade se impões como uma, homogênea, irradiando mundialmente a partir do ocidente. Entretanto ela permanece uma noção confusa, que conota globalmente toda uma evolução histórica e uma mudança de mentalidade”  
(.....)

Quanto aos outros três termos, pós-modernidade, modernidade tardia e alta modernidade, juntamente com outros termos como mundo contemporâneo, era pós-industrial, sociedade da informação, capitalismo tardio, são algumas denominações dadas aos tempos atuais, ou seja, os novos contextos que se iniciaram a partir dos anos 80 e 90. Giddens utiliza os termos alta modernidade ou modernidade tardia designando-os como a “presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade” (2002 p. 221). De qualquer forma, “a necessidade de adjetivos ou prefixos é um sintoma maior da indecisão teórica corrente” (MELUCCI, 1996 p.199).

## 2.2 O contexto histórico-social

Nosso objetivo é fazer uma análise da psicologia clínica nos tempos pós-modernos, com todos os seus atravessamentos a partir de novos paradigmas emergentes e de certa forma ainda não tão bem delineados. Porém, como diz Lipovetsky, se uma nova era se anuncia “impõe-se a tarefa de determinar o que foi o ciclo anterior, a novidade requer aqui a memória, a ordenação cronológica, a genealogia” (ibdem p.75).

Não pretendo aqui fazer um estudo exaustivo da modernidade, nem mesmo me deter em uma história cronológica baseada em grandes autores e/ou movimentos, mas apenas um vôo panorâmico nos paradigmas modernos afim de entender os desenvolvimentos da psicologia clínica na época e como esta, não só influenciou a emergência das ideologias daqueles tempos, mas também, num movimento circular e dialógico, foi influenciada no seu desenvolvimento ao longo do século passado.

Antes do século XVIII, “nada há, comparável, em matéria de valorização do indivíduo, àquilo que apenas a moderna concepção do mundo testemunhou” (RENAUT 1998 p. 5) De forma que, num movimento de ruptura constante, o paradigma grego, cuja tônica era cosmocêntrica, na era medieval se tornou teocêntrica e, com a entrada na modernidade passou-se a uma visão antropocêntrica, “liberado de toda tutela, o homem torna-se, senão o criador, pelo menos o mestre das significações do universo”(JAPIASSU, 1977 p. 33). “O nascimento do ‘indivíduo soberano’, entre o humanismo renascentista do século XVI, e o iluminismo do século XVIII, representou uma ruptura importante com o passado. Alguns argumentam que ele foi o motor que colocou todo o sistema social da ‘modernidade’ em movimento” (HALL 2002 p. 25).

A entrada na era moderna teve início na passagem do século XVIII para o XIX, naquele momento histórico nascia, sob os auspícios da revolução francesa, o humanismo moderno e sua exigência de autonomia; nascia o individualismo moderno que traduz-se em primeiro lugar pela



revolta dos indivíduos contra a hierarquia em nome da igualdade e contra as tradições em nome da liberdade. “Os modernos inventaram a idéia de uma liberdade sem fronteiras, que permite explicar o que nos separa do humanismo clássico. O renascimento considerava que o homem se deslocava num universo imutável e geométrico dotado de atributos permanentes. O mundo exterior, mesmo infinito e aberto à ação, obedeceria, no entanto, a leis fixas e eternas que o homem só podia registrar” (DUMONT apud LIPOVETSKY 1983 p.88).

“Na nova liberdade, a humanidade quer assegurar-se do desenvolvimento autônomo de todas as suas faculdades para exercer seu domínio sobre toda a terra”(RENAUT, 1998 p. 7). Aqui liberdade é concebida como autonomia e independência, em contraposição à sociedade pré-moderna de característica heterônoma, ou seja, em que a norma vem ditada de fora pelas tradições e costumes.

Esta centralidade no indivíduo o revela como sujeito, isto é, como subjetividade. Este centramento determina vários cortes com a sociedade pré-moderna: a religião e o mito, princípios unificadores e estruturadores da sociedade não-moderna, “cimento abrangente da coesão do grupo e fonte inspiradora de todos os outros domínios do conjunto cultural e social, passa a ser deste apenas um setor como os outros” (AZEVEDO, 1993 p. 26), ou seja, a religião não pode ser mais imposta de fora, mas é uma questão de escolha de cada um; a família estendida ou ampliada (pais, filhos, avós, tios e demais atores integrados em um amplo sistema de parentesco, decisivo na vida do grupo), dá lugar à família nuclear (pais e filhos); a ênfase no social e no grupo se desloca para o indivíduo e a subjetividade; por fim, a vivência totalizante e holística do todo sociocultural se fragmenta em campos ou domínios autônomos e a ordem “antes tida como harmonia e equilíbrio entre o indivíduo e a sociedade e imposta de fora como algo preestabelecido e tutelado, se desloca para dentro do indivíduo e passa a ser a conquista possível do consenso entre pares e diversos. Por isso mesmo a ordem será, não raro precária e instável, sujeita sempre a renegociações e redefinições” (AZEVEDO, ibidem p. 28).

Desta forma, o caráter unitário do mundo pré-moderno foi rompido pela percepção de uma ampla diversidade. Portanto, o pluralismo passa a ser um traço fundamental do mundo moderno e se caracteriza, antes de tudo, pela tolerância ao diferente, ao diverso. A mudança e o confronto entre os diversos passa a ser a norma no moderno, que segue o “imperativo do Novo e a tradição da ruptura” (LIPOVETSKY 1983 p. 87).

Comte (apud TOMKA 1997) em sua lei dos três estágios dividiu a evolução do saber em três períodos, começando pelo estágio mágico-religioso, evoluindo para um estágio filosófico-revolucionário e finalmente desembocando no estágio positivo das ciências, o qual ele já podia discernir. Com a entrada no século XX o mundo moderno se diversifica ainda mais. Movido pela razão instrumental e pelas promessas de progresso, bem estar geral e perfectibilidade humana a ciência avança em todas as direções fazendo vislumbrar a todos o grande futuro que nos esperava, e que no entanto nunca chegou. Todos estes sonhos começaram se diluir com o advento duas guerras e a crítica ao triunfo da ciência. O pós-guerra e a revolução cultural na década de 60, romperam com os restos de tradições que ainda insistiam em perdurar e acabaram definitivamente com todas as promessas da ciência, preparando o terreno para a entrada na era pós-moderna, da qual falaremos mais adiante.

### **2.3 O sujeito e suas diversas faces**

“Antes do fim do século XVIII, o homem não existia...Sem dúvida, as ciências naturais trataram do homem como de uma espécie ou de um gênero...” (FOUCAULT 1987 p.324).

Ora, como diz Azeredo (1993), um bom exemplo da quebra da unidade monolítica do saber pré-moderno é a diversificação das ciências, “passa-se primeiro, á multiplicidade autônoma das ciências naturais e matemáticas e depois ao surgimento das ciências sociais, humanas e estéticas.” Há uma fragmentação do campo epistêmico, proliferam novas epistemologias e metodologias.

Com este advento, quebra-se também a unidade de um sujeito coeso e unitário da era clássica. O sujeito moderno já nasce fragmentado, sujeito social, histórico, biológico, natural, sujeito psicológico, sujeito da consciência. Porém exaltado pela ciência nascente é antes de tudo sujeito do cogito, da razão. Motivado pelas novas utopias nascentes com o advento da ciência, um sujeito com um futuro brilhante à sua frente, iluminado pela ciência e pela esperança de liberdade e progresso ininterrupto. Inebriado, seduzido pelos grandes relatos das ciências.

Foucault, ressaltando também a cisão do sujeito moderno, descreve este momento de outra forma, como uma mudança de foco na epistémica ocidental, ali o homem se descobriu como objeto de estudos e reflexões e como centro de todas as transformações políticas, econômicas, sociais como também filosóficas e científicas. O sujeito se destaca como duplo “empírico-transcendental” (FOUCAULT 1997). “Viu-se então aparecer duas espécies de análises: as que se alojaram no espaço do corpo...; aí se descobria que o conhecimento tinha condições anatomofisiológicas, que se formava pouco a pouco na nervura do corpo,... Houve também as análises que,... funcionaram como uma espécie de dialética transcendental; mostrava-se assim que o conhecimento tinha condições históricas, sociais e econômicas...” Mais na frente, Foucault fala das verdades que este duplo revela, a primeira, a verdade que é da ordem do objeto, a segunda que é da ordem do discurso; na primeira ter-se-á uma análise de tipo positivista, na segunda de tipo escatológico.

Se na era pré-moderna, o indivíduo se subordina ao todo, na era moderna ele funda seu próprio ato. Para Renault “O homem do humanismo é aquele que não concebe mais receber normas e leis nem da natureza das coisas, nem de Deus, mas que pretende fundá-las, ele próprio, a partir de sua razão e de sua vontade. Assim, o direito natural moderno será um direito subjetivo” (1995 p. 10). O autor continua mais adiante: “A subjetividade, tal como emerge com o humanismo moderno, define-se por duas características: a auto-reflexão e a autofundação ou, se preferirmos, a autonomia o fato de outorgar a si mesmo a lei pela qual pauta seu agir” (ibidem p.99).

Portanto, ao longo de duzentos anos, a noção de sujeito sofreu grandes modificações. Até fins do século XVIII a hegemonia era do sujeito do cogito, da razão universal e também instrumental a serviço do saber científico. “Mas à medida em que as sociedades modernas se tornavam mais complexas, elas adquiririam uma forma mais coletiva e social”, Hall (2002 p. 29) cita então o advento das ciências sociais e da biologia darwiniana, no século XIX, como fatores que fizeram emergir uma concepção “mais social do sujeito”.

O sujeito, portanto, tal como o concebemos hoje, emerge com o humanismo moderno e define-se por duas características: “a auto-reflexão (a transparência diante de si) e a autofundação ou, se preferirmos, a autonomia, o fato de outorgar a si mesmo a lei pela qual pauta seu agir” (RENAUT, 1998). Ao primeiro Giddens (2002) denomina também de ‘reflexividade’.

No início do século XX, a noção de sujeito sofre mais corte com Freud e a psicanálise, e com o advento da chamada terceira onda em psicologia ou seja a psicologia existencial-humanista influenciada pelo movimento fenomenológico. Quanto à psicanálise, o sujeito, antes dito da razão, assume novas facetas, da um nó em seu sentido, se subverte e passa a sujeito de des-razão, sujeito do inconsciente. O homem descobre em si mesmo, algo que lhe escapa ao sentido, inapreensível. Uma parte de si desconhecida e misteriosa, que no silêncio das palavras, determina nossos atos. Na humanidade se abre mais uma ferida narcísica e a razão instrumental sofre mais um grande golpe e é posta em cheque, pois, há algo que lhe escapa e lhe determina. No afã da nova descoberta, psiquiatras, psicólogos e psicanalistas se lançam a produzir uma nova prática clínica para a qual o sujeito do inconsciente se torna um ícone. Se um século antes a clínica nascente com Pinel, era tida como do *olhar*, agora passa também a ser da *escuta*, escuta de um discurso que se manifesta ali onde falha a razão.

Por outro lado, o movimento existencial-fenomenológico, no rastro de toda a evolução do saber, desponta com a possibilidade de um sujeito concreto, histórico, um sujeito da existência. Fenomenologia e psicanálise, juntamente com a comportamental irão se constituir como os

principais campos epistêmicos a partir dos quais, na primeira metade do século XX, a psicologia irá desenvolver suas teorias e suas abordagens.

#### **2.4 As escolas de psicologia no início do século XX**

Certamente que a prática da psicologia (seja clínica ou social) se aplica a um sujeito. Podemos mesmo dizer que, sem o advento do sujeito não poderia ter surgido a psicologia; um é condição necessária para a existência do outro.

Como dito acima, a entrada na modernidade, em fins do século XVIII, marca uma profunda mudança na epistême ocidental, no modo de produção do saber. A passagem da era da representação para a era da positividade. Época em que Foucault localiza o nascimento das ciências humanas (1987) e da clínica (1994), ou seja, da medicina moderna. No livro “As palavras e as coisas”, Foucault descreve esta passagem do saber pré-científico para a cientificidade, e seu esquema denominado “triângulo dos saberes” (fig. 1), ilustra o processo de constituição dos novos saberes emergentes.



**Fig. 1**

O Triedro dos saberes é constituído por três eixos, o da filosofia, o das matemáticas e física e o das ciências da vida, do trabalho e da linguagem, que até fins do século XVIII denominavam-se história natural, a teoria da moeda e do valor e gramática geral respectivamente. Na ocasião, nascem as ciências humanas, nos intervalos entre os três eixos. O modelo de Foucault, permite perceber os deslocamentos que acarretaram no distanciamento entre estas disciplinas.

Ora, em seus primórdios as ciências humanas buscavam se desvencilhar da filosofia ou da antropologia filosófica, afim de adquirir um estatuto epistemológico próprio. Desta nebulosa indefinida aos poucos vão surgindo os contornos das chamadas ciências humanas, que para Foucault (1987), não se localizam na superfície, mas buscam se consolidar nos interstícios dos três eixos do triedro, no intervalo ou nas lacunas dos saberes. Cada uma, com suas especificidades, se polarizariam em um dos eixos sem, no entanto, deixar de beber também da fonte dos outros. Porém, as ciências humanas não prescindiram do eixo das matemáticas onde para Foucault, “manteve uma relação menos problemática, mais clara e serena” (1987 p368).

A medicina (principalmente a psiquiatria e a neurologia) também teve uma influência decisiva na constituição da psicologia, principalmente clínica, pois ao nascer o sujeito moderno, nascia não só as ciências humanas, como também a medicina e a clínica. Neste momento histórico, em que Bichat desenvolve seu método anátomo-patológico, e Pinel cria o método clínico, experiências que privilegiam o olhar como produtor de conhecimento, o hospital passa de casa de detenção para casa de proteção e tratamento, adquirindo uma organização médico-disciplinar e se constituindo num lugar privilegiado de reprodução do poder e do saber médico. O que Foucault denomina no livro “Nascimento da clínica” de espacialização institucional da doença. O próprio médico adquire um estatuto que o conduz “além do papel de técnico da medicina... um papel econômico na repartição dos auxílios, um papel moral e quase judiciário em sua atribuição: ei-lo convertido no vigilante da moral e da saúde pública.” (FOUCAULT 1994 p. 45). Desta forma, o hospital e o saber da medicina adquirem um novo estatuto e, além do sentido

técnico, científico e social, adquire um ‘sentido ideológico’, se prestando, em circunstâncias específicas, para estabelecer e sustentar relações de dominação. (GUARESCHI 1998).

A psiquiatria, merece um pequeno comentário à parte, pois teve muito a contribuir para o desenvolvimento do saber psicológico, dado seu estatuto dentro da própria medicina. “O estatuto da clínica psiquiátrica comporta, destarte, uma ambigüidade. Ela é, por definição, médica (*psykhe* = alma – *iatreia* = tratamento médico). Mas nunca conseguiu se inserir inteiramente no método próprio da medicina, qual seja, o anátomo-clínico.” (BARRETO 1991 p. 5). Barreto fala da psiquiatria como um lugar de interseção entre medicina, psicanálise e fenomenologia (ibidem 1991). Enquanto psicologia e medicina polarizavam de forma mais nítida as abordagens organicista e psicodinâmica, definindo melhor seu objeto, a psiquiatria incorporava elementos de ambas, revelando um corpo de saber híbrido e eclético, ou seja, de um lado Pinel e Griesinger, este último conhecido como o pai do organicismo; de outro Heinroth e Gustav Carus como representantes da corrente psicodinâmica, ambos inspirados pela filosofia existencial romântica.

Portanto, Foucault (1987) fala das ciências humanas nascentes, como uma nebulosa onde é difícil saber e fixar os limites entre psicologia, sociologia e análise da linguagem. “Até o século XIX, o destino das ciências humanas estava vinculado ao destino da filosofia. Elas eram conhecidas como ramos da antropologia filosófica...” (JAPIASSU 1997 p. 33). A partir da metade do século XIX, o objeto da antropologia filosófica vai sendo progressivamente anexado pelas ciências tanto experimentais como humanas e sociais. Houve uma fragmentação no campo epistemológico unicista da era clássica.

Neste contexto de grandes transformações sociais e políticas, e diante de um novo solo epistemológico, a psicologia busca se firmar nos diversos espaços sociais. Interessante observar que, se nesta etapa inicial a psicologia e as ciências humanas ainda não tinham suas fronteiras bem definidas, a partir do século XX, constroem-se fronteiras rígidas com objetos também bem delimitados. “Há mesmo um tempo de incomunicação entre as ciências, pela falta de

conhecimento mútuo, pelo estranhamento dos respectivos vocabulários e linguagens” (Azeredo 1993 p.27). Este movimento era necessário afim de que cada ciência particular pudesse se desenvolver e aprofundar-se em torno de seu objeto de estudo. Podemos dizer que nesta fase o diálogo entre os saberes era multidisciplinar. Mas, como veremos adiante, em fins do século XX as fronteiras dos saberes, em seu movimento dialético, voltam a se dissolver, levando a uma relação inter e transdisciplinar.

Se em seus primórdios, as fronteiras entre as diversas abordagens da psicologia ainda não estavam bem definidas, muito em função também da indefinição de seu objeto de estudo, em fins do século XIX, essas fronteiras aos poucos foram ficando mais nítidas e foram se delineando então, as grandes correntes da psicologia, que no século XX se consolidaram: a psicologia clínica, a psicologia social e a organizacional.

De forma que apesar da semente da psicologia ter sido plantada no início do século XIX, foi somente na segunda metade do século que ela ganhou contornos próprios se destacando, no princípio, como uma ciência experimental, positiva. Não é à toa que Wundt é considerado o pai da psicologia, foi dele o primeiro laboratório de psicologia experimental do mundo, criado em Leipzig, em 1879.

Como diz Lipovetsky, é “sobretudo, entre 1880 e 1930 que o modernismo ganha toda a sua amplitude com o abalar do espaço da representação clássica” (1983 p. 77). Vamos pois, nos deter um pouco mais neste momento histórico de grande ebulição em todos os domínios sociais, que foi a passagem do século XIX, para o século XX.

Considerando a análise arqueológica Foucaultiana, vamos tentar pensar a psicologia dentro do esquema do triedro dos saberes. Vemos que ela de cara se divide em duas, uma se ancorando mais nos eixos das ciências da vida (que aqui incluímos não só a biologia, mas também a medicina) e das matemáticas, prescindindo da filosofia; outra se ancorando nos eixos das ciências da vida e da filosofia.. A primeira, nasce, de uma certa forma, ancorada na medicina e nas ciências



experimentais na segunda metade do século XIX, a segunda, na mesma ocasião, nasce ancorada no pensamento filosófico e no eixo das ciências da vida (principalmente a medicina), da linguagem e do trabalho a partir dos problemas, exigências e obstáculos (sejam de ordem teórica ou prática) surgidos a partir dos novos paradigmas impostos pela sociedade industrial aos indivíduos.

A primeira, em fins do século XIX dá origem à psicologia experimental, à reflexologia e à comportamental, todas de caráter empírico, positivista. A segunda, de constituição mais complexa, surgiu juntamente com os questionamentos metodológicos e epistemológicos acerca da psicologia experimental e deu origem no início do século XX à fenomenologia de Husserl e ao movimento psicanalítico. “O que convém enfatizar é que, mais ou menos no momento em que o behaviorismo pretende purificar absolutamente a psicologia científica de todo recurso à observação interna dos fatos da consciência, bem como de toda contaminação filosófica, surgiram dois fatos novos, de ordem epistemológica, exercendo profunda repercussão na história da psicologia ulterior. O primeiro foi a iniciação filosófica de Husserl, procurando instituir a fenomenologia. O segundo foi a instauração da psicanálise freudiana” (JAPIASSU, 1977 p.95). Como diz Politzer, “após cada período de agitação ‘objetivista’, reaparece o monstro vingativo da introspecção” (1998 p. 39)

Não cabe aqui expor os postulados centrais da fenomenologia e da psicanálise. Mas alguns comentários devem ser feitos. Em relação à fenomenologia, esta a priori, não pretende ser um sistema filosófico em si mesmo, mas um método de investigação filosófica rigoroso que, se contrapondo às ciências experimentais, prega um ‘retorno às coisas mesmas’. “Por sua tomada de posição contra a psicologia científica em vigor, a teoria fenomenológica se inscreve na mesma linha de pensamento adotada por Bergson: pretendia fazer uma crítica à pretensão de só admitir como válida uma psicologia positiva, objetiva e experimental” (ibidem p.96). A sua originalidade está em postular uma relação intrínseca e fundamental entre o sujeito e o objeto.

A fenomenologia teve grande influência na elaboração feita por Koffka e Kohler da psicologia da Gestalt, que representada pelo chamado grupo de Berlim, influenciou o surgimento de várias outras abordagens não só na Europa como também nos EUA, onde se constituiu em um ingrediente importante para a corrente cognitivista (FARR 1998). Também teve um papel fundamental na psicopatologia e na psiquiatria e, da junção com a filosofia existencial, no rastro da terceira onda em psicologia (a humanista-existencial), surgiram dezenas de abordagens fundamentadas no eixo fenomenológico - existencial. Basta citar Jaspers, Boss, Binswanger, Frankl, Yalom dentre outros.

Quanto à psicanálise, esta, assim como a dialética marxista, em função de seus postulados absolutamente originais para a época, em função de seu corpo de conhecimentos ter toda uma coesão e uma característica própria, além de se constituir como uma terapêutica, acabou se destacando como um campo epistemológico próprio, influenciando também todos os campos do saber. Sua originalidade está na descoberta do inconsciente como determinante dos fenômenos da consciência. “Com sua análise sistemática do inconsciente, Freud tornou-se um dos maiores protagonistas da mentira da consciência” (Japiassu 1977 p. 102). Teve grande repercussão também na psicopatologia e na psiquiatria, bem como nas ciências humanas e sociais, dando origem a dezenas de abordagens em psicologia..

Para Foucault a psicanálise ocupa um lugar privilegiado em relação às ciências humanas e se constitui antes como uma “contra-ciência” (1987 p. 396). Para Lipovetsky (1983), no início do Século XX “a personalização da esfera artística realizada pelos artistas de vanguarda não é sem analogia com o trabalho desse outro movimento de vanguarda teórico que é a psicanálise... a psicanálise personalizou a representação do indivíduo desestabilizando as oposições rígidas da psicologia ou da nosografia, reintegrando no circuito antropológico os desperdícios da razão, largando os pontos de referência e os fundamentos da verdade” (1983 p. 97).

Portanto, positivismo, fenomenologia e psicanálise, juntamente com a abordagem dialética marxista, formam as principais matrizes epistemológicas que, ao longo da primeira metade do século XX, influenciaram o surgimento de todas as abordagens em psicologia. Apesar de Minayo (1992) não citar a psicanálise como uma das matrizes para as ciências sociais, não há dúvida que a psicanálise expandiu sua influência para muito além de seu território e da própria psicologia.

Por outro lado, das quatro abordagens, a dialética marxista, foi a que teve a participação mais tímida na produção da psicologia clínica, mas nem por isso marcante. Já no início do século XX, Vigotski em sua crítica à psicologia propõe uma perspectiva realista-objetiva, “à crítica gnoseológica e à lógica formal, como fundamento da psicologia geral, deve se contrapor a dialética, que se concebe como a ciência das leis mais gerais de todo devir” para ele a “dialética da psicologia é, por sua vez, a dialética do homem como objeto da psicologia”(1996, p. 247). A perspectiva dialética também influenciou algumas correntes psicanalíticas, a psicossociologia, o movimento institucionalista (BAREMBLITT, 1992) e mais recentemente o construcionismo (SPINK 2000). Porém, constatamos que a dialética esteve mais viva e presente na psicologia social que na psicologia clínica.

Mesmo que a psicologia clínica, tenha bebido menos da fonte da dialética, podemos dizer que, ao invés de um triedro a psicologia teria se constituído, na passagem do século XIX para o século XX, a partir de um quadriedro, e dos intervalos das ciências positivas, da psicanálise, da fenomenologia e da dialética surgiram praticamente todas as abordagens em psicologia. Esta figura se complexifica ainda mais a partir da metade do século XX com os avanços da abordagem organicista ou biológica (os avanços dos psicofármacos e o advento das neurociências), e das ciências da linguagem e da informação (cibernética). O quadriedro se torna então um poliedro. Na verdade, hoje podemos dizer que a psicologia é uma inter-ciência *stritu senso*.

De forma que a partir de meados do século passado, as ciências ou os saberes já não davam mais conta de se conter em seus próprios limites, saímos da era da multidisciplinaridade para a

interdisciplinaridade. O passo seguinte na pós-modernidade é o da transdisciplinaridade. Um passo inevitável e que, por mais que tentemos escapular, se impõe a nós de uma forma irresistível. Mas isto vamos ver daqui a pouco. Visto este cenário, vamos recuar um pouco e analisar melhor a situação da psicologia a cem anos atrás sob a ótica de alguns de seus críticos mais ferrenhos, me refiro, dentre outros, principalmente a Vigotsky (1996) e Politzer (1998).

## **2.5 As críticas e seus críticos**

A psicologia, ao contrário de outras ciências como a física, é marcada em sua constituição histórica por crises constantes. Ora, até mesmo aquele que é considerado o pai da psicologia, Wundt, em sua obra separou a sua psicologia experimental, que faria parte das ciências naturais, da sua psicologia social, um ramo das ciências humanas. Para ele a psicologia era apenas em parte um ramo das ciências naturais; e a essa atitude Danziger (1979 apud FARR 1998) chama de “repúdio positivista de Wundt”, que afirmava não ser possível estudar os processos mentais mais profundos de maneira experimental. “A geração mais jovem não podia perdoar o fundador de sua disciplina por ter afirmado que a psicologia era apenas em parte um ramo das ciências naturais” (FARR 1998, p.41). Dilthey, embora não fosse psicólogo, foi uma figura influente nos círculos acadêmicos na Alemanha. Para Japiassu, “as ciências humanas ingressaram na ‘era da positividade’ a partir sobretudo, de Dilthey” (1977 p.29), e certamente a sua divisão das ciências em explicativas (as positivas ou naturais) e compreensivas ou descritivas (as humanas ou sociais) influenciou seu colega Wundt.

Portanto a psicologia já nasceu em crise, dividida em seu objeto de estudo, em seus métodos e suas fundamentações. Porém foi somente no início do século XX que começou-se a perceber a extensão da crise e analisá-la com mais profundidade. Nesta parte, vou me deter em dois autores principalmente, Vigotski (1996) e Politzer (1998), que já na década de 20 se preocuparam em

delatar ou explicitar a crise, ao invés de fazerem parte daquele grande contingente de cientistas que, ou a negam ou a vêem, mas lhe atribuem um valor relativo e subjetivo, “assim, Watson acredita que existem duas psicologias: a verdadeira – a dele – e a falsa; a velha...” (VIGOTSKI 1996 p. 320). Porém, não pretendo esgotar as obras destes autores (não é nosso objetivo), mas apenas explicitar alguns pontos mais relevantes para a construção que estamos empreendendo.

Cabe neste momento fazer uma observação importante que vale não só para a análise de Vigotski, como para a de Politzer e de outros autores citados nas seções adiante. Consideramos que alguns elementos da análise crítica destes autores são pertinentes e até mesmo ainda atuais, porém suas construções teóricas em muitos pontos não condizem com nosso ponto de vista. De forma que não se trata de adotar *ipsis literis* as teorias e construções destes autores; mas apenas adotar alguns pontos de suas análises, que achamos válidos como referenciais importantes para a nossa construção teórica.

### **2.5.1 Vigotski**

Em sua análise Vigotski se preocupa em especial com as questões sobre o método, “não nos interessa agora a pergunta histórica, mas a metodológica” (p. 224). Pois nós vamos nos preocupar aqui mais com questões históricas.

Vigotski diferencia crítica e análise (ibdem p.249), para ele “a crítica se acha no mesmo plano que o criticado e se desenvolve integralmente no seio de uma disciplina concreta. Seu objetivo é exclusivamente crítico e não positivo...A análise já pertence à ciência geral, suas tarefas não são críticas, mas positivas...a crítica formula opiniões, a análise geral estabelece leis e fatos objetivos”.

Em relação a Politzer, mesmo que possamos dizer que ele faz sua crítica de dentro da própria disciplina, e apesar de seu tom ser muitas vezes pesado em relação aos psicólogos da época, a sua

crítica teve um impacto que atravessou e influenciou todas as gerações posteriores de psicólogos até os dias de hoje. E muito do que ele disse, ainda é atual.

Por outro lado, Vigotski sem dúvida tenta se posicionar de fora da disciplina particular, num lugar que ele denomina de psicologia geral, conceito amplo, que ele contrapõe à psicologia teórica e aplicada que teriam caráter particular. “Nesse sentido a ciência geral é a filosofia das disciplinas particulares.” (p. 229) “Binswanger define, portanto, a psicologia geral como a interpretação crítica dos principais conceitos da psicologia, o que em duas palavras, pode ser resumido como a crítica da psicologia” (p. 230).

Apesar de Vigotski ter realmente acreditado na possibilidade da constituição de uma psicologia geral ou ciência geral que iria de alguma forma unificar a ciência psicológica, esta como tal, nunca chegou a se configurar, nem na época e nem depois. Vigotski, como não poderia deixar de ser, recebe grande influência da dialética marxista, “essa teoria do marxismo psicológico ou dialética da psicologia é o que eu considero psicologia geral” (p.393). Na verdade, o que Vigotski denominou psicologia geral é a epistemologia *da*, ou poderíamos dizer *na* psicologia, de caráter histórico-crítico (Neubern 2004).

“A regularidade na mudança e no desenvolvimento das idéias, o aparecimento e a morte dos conceitos, inclusive a mudança de categorizações etc., tudo isso pode ser explicado cientificamente se relacionarmos a ciência em questão: 1) com o substrato sócio-cultural da época; 2) com as leis e condições gerais do conhecimento científico; 3) com as exigências objetivas que a natureza dos fenômenos coloca para o conhecimento científico no estágio atual da investigação” (p.219). É com base neste argumento que Vigotski analisa o nascimento e o destino, ou seja, a linha de desenvolvimento das ciências ou dos saberes. Para ele são seis os momentos pelos quais passam as idéias até chegarem à maturidade. Portanto vejamos.

No primeiro momento se dá uma importante descoberta, que de alguma forma, venha a abalar a até então estável estrutura do conhecimento, modificando a “idéia habitual sobre todo um âmbito

de fenômenos de referência e que inclusive ultrapasse os limites desse grupo parcial de fenômenos onde foi observada e formulada” (p.219).

No segundo momento há uma expansão destas idéias, uma propagação a um número de fatos maior do que abarcava originalmente. Esta influência além de seus limites provoca, num processo dialético e dialógico, uma mudança na própria idéia original que vai então se tornando mais abstrata e se distanciando dos fatos que a deram origem, sem se desligar totalmente, pois trata-se de seu certificado de garantia. Inicia-se então, como diz Vigotski, uma “marcha conquistadora”, buscando alargar as suas fronteiras e impregnar toda a disciplina onde surgiu.

No terceiro momento, expande-se a fase de integração e o novo conceito, para se firmar inicia um confronto não só com os demais conceitos e abordagens dentro da própria disciplina, ocupando todos os espaços, como também “na corrente da tendência de integração, a idéia se transfere facilmente para as disciplinas contíguas, sem deixar ela mesma de se modificar, dilatando-se à medida que incorpora novos fatos e modificando por sua vez os ramos em que penetra.

No quarto momento, a idéia volta a se desprender do conceito inicial, se distancia ainda mais dos fatos, abarcando outras disciplinas, anexando seus objetos, ampliando suas conexões com uma esfera mais ampla de conhecimentos. “Outras vezes, a idéia incorpora-se abertamente a este ou aquele sistema filosófico, estendendo-se, modificando-se e modificando os mais remotos âmbitos da realidade, a totalidade do universo, formulando-se como um princípio universal ou inclusive como uma ideologia” (p. 221).

Entra então no quinto estágio, o mais perigoso de seu desenvolvimento, inchou em demasia e tal como bolha de sabão estoura facilmente. “Somente agora, depois de ter se separado por completo dos fatos que a originaram, depois de ter sido desenvolvida até os limites lógicos, levada até as últimas conclusões e generalizada o máximo possível é que a idéia descobre finalmente o

que na verdade é e se manifesta com seu verdadeiro rosto,... somente agora descobre o que quer, o que é, de que tendências sociais procede, a que interesses de classe serve” (p.221).

Ora, vamos ver adiante, que nossas principais teorias psicológicas (incluindo psicanálise), ao longo de todo o século passado, prestou-se também a reforçar a ideologia individualista (Moreira e Sloan 2002), contribuindo para o que Lipovetsky (1983) denomina hiperindividualismo na pós-modernidade. Interessante que Vigotski diz que neste quinto momento a idéia ou conceito se transforma então em um novo fato, agora não mais cognitivo ou científico, mas um fato da vida social, revelando sua natureza também social.

Pois bem, no sexto e último momento surgem então novas resistências e contra-ataques que obrigam a idéia a retroceder em seu desenvolvimento, limitando-a ao ramo de onde proveio. “Reconhecem-na como descoberta parcial, mas rejeitam-na como ideologia...deixa de existir como idéia revolucionária da ciência; é uma idéia que se aposentou do serviço e que obteve em seu departamento o grau de general... é este o caminho que percorre em psicologia qualquer descoberta que tenda a se transformar num princípio explicativo” (p. 222, 223).

Vigotski nos mostra como que, de fenômenos concretos e/ou naturais, a ciência os converte em fatos ou objetos científicos. E o fato observado leva a um primeiro conceito, “o conceito essencial que age como suporte na ciência, o que poderíamos denominar abstração primária” (p.215). O desenvolvimento do conceito anda em sincronia com sua expansão, quanto mais distante do fato a que deu origem mais abstrato, dando origem a outros conceitos e princípios explicativos e abarcando novos objetos.

Creio que estes seis passos descritos por Vigotski podem ser simplificados. Trata-se do movimento natural do saber de se expandir para além de seus limites. Trata-se do movimento dialético que leva os saberes a pulsar, se expandindo e se contraindo de acordo com o momento histórico-social. Quanto mais vasto os alcances de uma ciência em seu afã conquistador, mais abstratos e gerais são seus conceitos e mais distantes de sua origem. O apogeu é alcançado quando



a ciência se transforma – ou pelo menos tenta – em ideologia. Chega então momento em que, sem fôlego, inicia um período de contração, momento também de digerir os outros objetos e conceitos assimilados das outras ciências, e assumir a verdadeira posição que lhe cabe na ordem dos saberes.

Considerando toda esta trajetória, Vigotski faz uma análise de quatro conjuntos de idéias que, para ele são representativas da produção da psicologia da época. São elas, a psicanálise, a reflexologia, a psicologia da Gestalt e o personalismo. Não fica bem claro no texto o que ele denomina personalismo, este “surge inicialmente das pesquisas da psicologia diferencial. O princípio da personalidade, de tão grande valor para a mensuração em psicologia ou para os enfoques relativos às aptidões etc., expandiu-se primeiro ao longo da psicologia para depois ultrapassar seus limites” (p. 226).

O personalismo de fato não se concretizou como uma escola à parte. Porém, tamanha era exaltação à individualidade e à subjetividade que todas as abordagens de psicologia, no século passado, tiveram que desenvolver sua teoria da personalidade. E praticamente todas as teorias da personalidade (independente da abordagem de faziam parte) confirmaram e reforçaram, de uma forma ou de outra, a ideologia individualista.

A reflexologia é o nome dado à escola russa de fisiologia objetiva, cujo representante máximo foi Pavlov, que em suas pesquisas com animais (o que Vigotski chama de psicologia animal), desenvolveu seu conceito de reflexo condicionado. Ao que Bechterev em seguida buscou transpor da fisiologia para o que denominou de psicologia objetiva, fundamentada no comportamento. É bem reconhecido o profundo efeito que a reflexologia russa exerceu sobre a evolução do behaviorismo nos EUA.

Afora o personalismo, as outras três abordagens, psicanálise, gestalt e reflexologia, também são alvo de críticas por parte de Politzer (1998), que denominou esta última como psicologia experimental ou behaviorismo, citando mais Watson que Pavlov. Ao encaixarmos estas três

correntes nos três eixos epistemológicos, vemos que a gestalt, se enquadra no eixo da fenomenologia.

Portanto, apesar de Vigotski fazer sua análise incluindo o personalismo, vamos nos ater às outras três escolas, que tiveram uma influencia marcante no desenvolvimento psicologia ao longo do século passado e, como dito acima, todas afinal deram origem a não uma, mas várias teorias da personalidade.

A psicanálise nasceu das investigações específicas de Freud no campo das neuroses, estabelecendo, “de forma indiscutível o fato de que toda uma série de fenômenos psíquicos é determinada pelo inconsciente...esta descoberta concreta, respaldada pelo êxito de sua aplicação terapêutica e com a autoridade que isto lhe conferia, foi transposta para uma série de campos adjacentes, como a psicologia da vida cotidiana ou a psicologia infantil, além de se apropriar da totalidade dos enfoques teóricos sobre a neurose” (p.225). Após se apropriar dos mais distantes ramos da psicologia, esta idéia, em sua fase de expansão, ultrapassou os limites da psicologia abarcando fenômenos ou fatos científicos de outra disciplinas como a sociologia, antropologia, história, psicopatologia dentre outras. Seus conceitos se transformaram em princípios metafísicos, se generalizaram e “a psicanálise se transformava em ideologia, e a psicologia se transformava em metapsicologia” (p.225). Mal sabia Vigotski, que o ímpeto imperialista da psicanálise estava apenas no começo, como veio nos mostrar a história da psicologia no século passado. Diríamos que o fôlego psicanalítico perdurou até o final do século XX, e que somente nesta passagem de século, é que a psicanálise realmente está entrando no último estágio de que fala Vigotski em relação ao percurso das ciências.

Quanto à reflexologia, semelhante foi o caminho percorrido pela idéia de reflexo condicionado. Que também se transforma em ideologia lidando então com princípios e leis universais. “E assim como na psicanálise tudo é inconsciente, no mundo tudo é reflexo” (p.226).

O mesmo aconteceu com a psicologia da gestalt que, “por ter nascido na mesma época que a psicanálise e a reflexologia, realiza o mesmo caminho que elas com surpreendente uniformidade. Transformada finalmente em ideologia, a psicologia da gestalt descobre as gestalten na física e na química, na fisiologia e na biologia...e a gestalt aparece no fundamento do mundo; ao criar o mundo, disse Deus ‘que seja gestalt’ e tudo se transformou em gestalt” (WERTHEIMER 1925 apud VIGOTSKI 1996 p.226).

Portanto, as idéias de inconsciente na psicanálise, de reflexo condicionado ou comportamento na experimental e de percepção e gestalt na psicologia da gestalt se transformaram em conceitos ou princípios universais, pretendendo dar conta de fatos ou fenômenos para os quais originalmente não tinham nada a dizer. Todos em suas áreas específicas são conceitos ricos e bastante eficazes, “mas quando as idéias se elevam à categoria de leis universais passam a valer o mesmo, tanto umas quanto as outras são absolutamente iguais entre si, isto é, simples e redondos zeros” (VIGOTSKI ibidem p.227).

Essa busca de generalização nada mais é que a tentativa de ganhar novos espaços, ampliar seus limites, “quando o material alcançou seu grau máxima de generalização possível na ciência particular em questão, a última generalização só pode ocorrer fora de seus limites” (p.244). é a ciência particular, querendo abarcar, ou se transformar em ciência geral.

Em relação às questões de método nos diz Vigotski que “não existe uma só metodologia fundamental de uma época; o que existe na verdade são conjuntos de princípios metodológicos em litígio, profundamente hostis, que se excluem uns aos outros” (p.259).

Mas, e quanto à crise? Continua o sábio russo, “se alguém quisesse construir uma idéia clara e objetiva da situação que vive agora a psicologia e das dimensões da crise, bastaria estudar a linguagem psicológica, sua nomenclatura e sua terminologia, o vocabulário e a sintaxe do psicólogo. A linguagem psicológica atual é, antes de mais nada, insuficientemente terminológica: isso significa que a psicologia ainda não possui sua linguagem” (p.297).

Para Vigotski, encontra-se no vocabulário da psicologia três classes de palavras: 1) da linguagem cotidiana, do senso comum, vagas e polissêmicas; 2) da linguagem filosófica, “que já perderam sua conexão com significado original”, igualmente polissêmicas e; 3) da linguagem das ciências naturais e utilizadas em sentido ‘figurado’. “Quando um psicólogo raciocina em termos de energia e força, inclusive sobre a intensidade, ou quando se refere à excitação...encobre sempre por trás de uma palavra científica um conceito não científico” (p. 298).

Este sintoma, observado por Vigotski e muitos outros de sua época, explicitava a crise e a busca da psicologia por uma identidade própria. Em nossa opinião, a indefinição terminológica ainda continua até os dias de hoje, porém, de forma bem diferente pois, na era da transdisciplinaridade, onde as fronteiras entre os saberes se diluíram numa rede intrincada de conexões conceituais e mesmo metodológicas, tomar de empréstimo termos da filosofia ou mesmo de outras ciências já se tornou rotina, deve-se no entanto, ter o cuidado de delimitar bem o seu sentido no contexto do outro campo de saber.

Deixemos este ponto para ser desenvolvido mais adiante. Por hora é importante dizer apenas que, na primeira metade do século passado, em parte esta questão terminológica encontrou seu porto seguro nos três eixos epistemológicos citados acima. A comportamental, a psicanálise e a fenomenologia, a partir da 2ª década, podemos já falar de uma psicologia e uma psicopatologia fenomenológicas com Jasper, Minkovski, dentre outros, com todas as suas novas terminologias - mesmo que tenham sido emprestadas de outras ciências - se constituíram em referências importantes para o desenvolvimento de toda uma terminologia própria, dando nova identidade para a psicologia e suas abordagens teóricas. Agora, na pós-modernidade, com crise do paradigma da subjetividade é que esta questão terminológica volta a se colocar.

Hoje, a confusão terminológica se trata principalmente pelo acirramento da crise já explicitada a cem anos atrás. Trata-se de tentarmos utilizar de uma terminologia desenvolvida em torno de correntes que tinham como base central o paradigma da subjetividade, num tempo em

que este paradigma se tornou capenga e o sujeito (tal como visto pelas correntes de psicologia clínica século passado) escorre pelas mãos, se desmancha no ar e escapa a todas as tentativas de contê-lo nos limites de um sistema terminológico, seja qual for. “Admitamos portanto o princípio de que o confuso estado da linguagem da psicologia reflete o confuso estado de nossa ciência” (VIGOTSKI *ibidem* p. 299). Seja a cem anos atrás ou hoje.

Crise terminológica, crise de identidade, crise de conceitos. “Pode-se dizer sem temor de exagerar que a descrição de qualquer processo psíquico adota um aspecto ou outro segundo o caracterizemos e estudemos nas categorias de distintos sistemas psicológicos...naturalmente o aspecto puramente real deverá, neste caso, continuar sendo o mesmo, não obstante, na ciência, pelo menos em psicologia, separar o fato a descrever de sua teoria, ou seja, das categorias científicas com a ajuda das quais se leva a cabo sua descrição é com freqüência muito difícil e até mesmo impossível por que em psicologia toda descrição já é sempre uma certa teoria” (LANGUE 1914 apud VIGOTSKI 1996 p.313).

A crise para Vigotski se instala devido à diversidade da psicologia e sua dificuldade em se transformar numa ciência geral unificada. Para ele, não há possibilidade de convívio entre as abordagens, e a crise só se resolveria ao se escolher uma ou outra das psicologias. Ele assim ilustra o conflito de diferenças: “o que é que transforma em fatos psíquicos os mais diversos fenômenos?...A psicologia tradicional responde: todos são fenômenos psíquicos...A reflexologia responde: todos são fatos de comportamento, reflexos...os psicanalistas dizem: o que há de comum em todos estes fatos, o que os une é o inconsciente” (p.213).

“Atualmente, a psicanálise, o behaviorismo e a psicologia subjetiva operam não apenas com diferentes conceitos, mas também com fatos diferentes” (p.214). E todas tem a pretensão de chegar a ser uma *psicologia geral*, subordinando e/ou excluindo as demais disciplinas.

Vigotski apresenta quatro pontos de vista ou teses sobre a crise: “1) Ausência de uma sistema de ciência universalmente reconhecido. Cada uma das exposições sobre psicologia dos mais

destacados autores está pensada segundo um sistema completamente distinto; 2) A crise é destruidora mas benéfica...sua seriedade deve-se ao caráter intermediário do território da psicologia entre a sociologia e a biologia...” (p.324); 3) Deve-se, para se iniciar um trabalho em psicologia primeiro fincar seus alicerces, pois lhe falta consenso e fundamentos claros e fidedignos; e 4) a tarefa de criar uma psicologia geral, que unificaria todos estes sistemas distintos de psicologia.

Porém, ao reconhecer a crise, percebe-se que as múltiplas correntes de psicologia poderiam, segundo Vigotski ser enquadradas em apenas duas grandes tendências, as baseadas nas ciências naturais, de caráter materialista e positivista e as ‘espiritualistas’ . “Psicologias, sendo exato, existem duas: dois tipos distintos, inconciliáveis de ciência...o restante são só diferenças nas perspectivas, escolas, hipóteses; combinações parciais, tão completas, tão confusas...Mas na verdade, a luta só se dá entre duas tendências que subjazem e atuam em todas as correntes em litígio” (1996 p.335). Todos aceitam esta divisão entre as psicologias naturalistas, explicativas e positivistas, e as de caráter subjetivista, descritiva e compreensiva. Podem divergir apenas em relação as correntes que se enquadrariam numa ou noutra tendência.

Quanto às causa da crise, trata-se antes de tudo da distância entre a psicologia acadêmica e a psicologia aplicada, ou seja, entre teoria e prática. Nesta outra luta, é a psicologia aplicada que sai ganhando, cabe a ela “o papel de protagonista no desenvolvimento de nossa ciência: nela está representado tudo que existe em psicologia de progressivo, saudável, tudo que encerra o germe do futuro” (p.344).

Três fatos sustentam esta afirmação: a prática, a metodologia e a unilateralidade da psicotecnia.

1) A prática, “pela primeira vez a psicologia defrontou com uma práxis altamente organizada: industrial, educativa, política, militar. Esse contato a obriga a reestruturar seus princípios de forma que possam passar pela prova suprema da prática” (p.344). Ora, interessante esta afirmação feita

no final da década de vinte, pois, o que se vê hoje na psicologia é exatamente isto, os novos campos da prática (hospitalar ou saúde, jurídica, esporte, trabalho, etc.), determinando o surgimento de um novo, ou novos sujeitos e novas teorias em clínica.

Em geral, as teoria em psicologia evoluem de observações objetivas, empíricas, práticas. Seus conceitos, ao se desenvolverem, se ampliam e se distanciam dos fatos a que lhe deram origem, tendem a fazer, após chegar a um certo patamar, o caminho inverso, definindo a prática. Esta servindo apenas para confirmar a veracidade dos conceitos e suas teorias, aqui a prática é apenas uma “colônia da teoria”, e “o êxito ou fracasso da prática não se refletia em absoluto no destino da teoria” (p.345).

O que nos mostra Vigotski é que o aparecimento de novos campos, leva a um questionamento de nossas teorias, recolocando a prática no lugar de destaque que lhe cabe. “Agora a situação é a inversa; a prática coloca as tarefas e é o juiz supremo da teoria, o critério de verdade; dita como construir os conceitos e como formular as leis.

2) A metodologia: aqui ele cita Binswanger quando diz que é da metodologia que sairá a solução para o problema “que abarca os demais problemas da psicologia: o da psicologia subjetiva e objetiva” (p.346). Cita a psicotecnia como exemplo e diz que também é na prática que as questões metodológicas poderão ser resolvidas.

3) A unilateralidade da psicotecnia, que Vigotski chama de filosofia da prática. “por mais insignificante que seja o valor prático e teórico da escola de mensuração de Binet ou de outros testes psicotécnicos, por pior que o teste seja em si, no entanto seu valor como idéia, como princípio metodológico, como tarefa, como perspectiva é enorme” (p.346). Trata-se de uma psicologia orientada para a prática.

“Consideramos que a causa da crise é ao mesmo tempo sua força motora, que por isso apresenta não só interesse histórico, mas também desempenha um papel capital – metodológico -,

já que não só deu lugar à crise, mas que continua determinando seu curso e destinos posteriores” (p.352).

Psicologia aplicada e psicologia acadêmica, psicologia objetiva e subjetiva; é na tensão entre estes pares que se dá a crise. Para Vigotski, “somente a ruptura em duas psicologias e a escolha entre ambas de uma só oferecem a saída para a crise” (p.353). Ele é taxativo em dizer que somente uma psicologia deverá sobreviver, apesar de citar os ‘partidários da terceira via’, ou seja, aqueles que tentam unificar ambas, ou mesmo subordinar uma à outra. Estes, “embora sejam numerosos, a maioria se deve ou a cegos, que confundem inconscientemente os dois caminhos, ou a ecléticos conscientes que pulam de um caminho para outro” (p. 355). Dentro dos sistemas da terceira via, ele fala da psicologia marxista, cujo conceito central seria o de ‘reação’ e incluiria tanto o aspecto subjetivo quanto o objetivo. Porém, esta corrente na ocasião, estava se formando, e ainda não dispunha de uma metodologia própria. Creio que a constituição de uma psicologia marxista seria uma das missões do sábio russo em sua obra, caso não tivesse falecido tão prematuramente.

A saída para a crise, portanto, estaria na constituição de uma psicologia geral que seria nada mais que a psicologia marxista, dialética. “A psicologia precisa de seu *O Capital*, - seus conceitos de classe, base, valor, etc – com os quais possa expressar, descrever e estudar seu objeto” (p.393). Para ele é preciso criar a teoria do materialismo psicológico e a crise e sua resolução estariam apontando para este caminho. Evita chamar a psicologia marxista de objetiva ou de conceituá-la de forma definitiva, tendo em vista que ela estava sendo formada. “A psicologia marxista não é uma escola entre outras, mas a única psicologia verdadeira como ciência; outra psicologia afora ela, não pode existir...Coincide com o conceito de psicologia *científica* em geral, onde quer que se estude e seja quem for que o faça” (p.415).

Vigotski faz uma leitura interessante do momento da psicologia no início do século XX. Não nos preocupamos em fazer uma descrição exaustiva de sua análise, mas destacar ou ressaltar



aqueles pontos que, de alguma forma ainda hoje são pertinentes, mesmo que outros pontos de sua crítica tenham interesse apenas histórico, pois já foram superados.

### 2.5.2 Politzer

Apesar da proposta de Vigotski para a saída da crise nunca ter se confirmado, e apesar de, aparentemente não ter tido contato com Politzer, sua proposta de uma psicologia marxista (ou materialismo psicológico), tem uma relação muito próxima com o que o sábio húngaro denominou psicologia concreta, projeto que ele também, em função de sua morte não conseguiu levar a cabo.

Portanto, sua opinião de que a saída para o impasse da psicologia era a constituição de uma *psicologia científica geral*, mostrou-se errônea. A constituição de tal psicologia nada mais seria do que outra corrente na luta pela fatia de ciência que contém nossa disciplina. Na verdade o que sempre pretenderam os adeptos destas correntes nada mais foi que chegar a este estágio, mesmo sob o risco de desaguar na ideologia, ou até mesmo com esta ambição.

O desenvolvimento de uma psicologia geral, que unificaria os conceitos, ocupando então, para todo o sempre o lugar que lhe cabe nas ciências também é um pensamento ideológico, monista, que reforça o que Spink denomina “monismo metodológico em detrimento da epistemologia da diferença” (2000 p.66) ou epistemologia convergente (Pichon-Rivière 1998). Trata-se da negação da diversidade em psicologia, hoje aceita como ponto pacífico entre os psicólogos, mas que na época ainda era combatida ante a esperança de uma abordagem científica geral. No rastro da falência dos grandes relatos da ciência, faliu também nossa ilusão, nosso sonho.

Em relação ao caminho que as correntes de psicologia percorrem até chegar em seu apogeu e se transformar em psicologia geral e em ideologia, podemos ver que Vigotski percebeu bem o processo, mas não percebeu que este movimento só estava começando. Para ele, as correntes estudadas na ocasião já estavam em suas últimas etapas, mas o que vimos ao longo do século

passado foi um crescimento de todas elas, cada uma buscando ganhar seus espaços nesta batalha expansionista. Num movimento dialético, ora uma ora outra das abordagens se sobressaem no cenário da psicologia, de acordo com o contexto histórico e com o avanço das outras ciências.

Considerando o que Vigotski chama de psicologia geral a epistemologia *na* psicologia, até hoje quando se fala em epistemologia na academia ouvimos de alguns que isto é da ordem da filosofia. Ora, talvez tenha sido exatamente uma reflexão epistemológica séria e isenta é que faltou aos psicólogos clínicos a partir de meados do século passado. Hoje, a psicologia crítica (MOREIRA e SLOAN 2002), o construcionismo (SPINK 2000) e várias outras escolas e pensadores das mais diversas tendências, tentam resgatar estas reflexões, como veremos mais adiante.

Durante a primeira metade do século XX, foi como se psicologia clínica se ensimesmasse. Estava vivendo o momento interno de crescimento, e psicanálise, Behaviorismo e psicologia fenomenológica, buscavam, cada uma ao seu modo, ou com sua metodologia, desvendar o mistério do psiquismo, da mente, do comportamento. Esse movimento expansionista levou estas matrizes aos mais remotos limites da ciência psicológica, abarcando não só o campo da clínica como também o social, do trabalho, escolar etc. Influenciaram ainda o pensamento filosófico, a medicina e várias das chamadas ciências humanas e sociais como a sociologia e a antropologia.

Podemos dizer que em pequenos círculos acadêmicos estas três tendências chegaram realmente a se constituir numa espécie de ideologia, dominando a cena do saber e invertendo a relação entre o fato científico e o conceito, ou seja, os fatos passaram a se subjugar aos conceitos e todos os fenômenos passaram a ser interpretados de acordo com a teoria. O fenômeno está ali não para produzir um 'novo' saber, mas para reproduzir uma velha teoria.

No entanto, no âmbito mais abrangente do saber estas teorias, ou matrizes teóricas, não chegaram a se constituir em aparelhos ideológicos mas, como veremos adiante, todas colaboraram (cada uma a sua maneira) para reforçar a ideologia individualista vigente. Agora, nesta passagem

de milênio, estas três matrizes, representadas pelas escolas mais fortes em psicologia com todas as suas variantes, ou seja, a psicanálise, a comportamental e a psicologia humanista existencial, estão encontrando finalmente o lugar que lhes cabe na *mandala* do saber psicológico. Tendo ainda que conviver com a falência do paradigma dominante, buscando se adaptar aos novos tempos e os novos rumos que o sujeito pós-moderno indica. É hora de colocar novamente nossas teorias sob a prova da prática. Subjugar os conceitos aos fatos, voltando a aprender com todos os novos campos que se abriram para a prática da psicologia clínica, campos estes, iminentemente sociais.

Também Politzer, nos idos de 1928, em sua “Crítica dos fundamentos da Psicologia” (1998) faz uma crítica severa às teorias psicológicas da época, cita a Teoria da Gestalt, a Comportamental e a Psicanálise e equipara as três no final, ao que ele denominou psicologia clássica. Ele tinha como projeto escrever três livros, desenvolvendo em cada um seus argumentos acerca destas três escolas, o primeiro livro foi dedicado à psicanálise. Infelizmente, não conseguiu terminar seu projeto.

No prefácio à *Crítica* de Politzer (1998), Gabbi Jr. (p. V) nos diz que “desde de 1929, a situação não mudou...A *Crítica aos Fundamentos da Psicologia*, escrita em 1928, permanece uma obra atual e só se tornará um monumento histórico quando seu objetivo final for alcançado, ou seja, *quando a psicologia*, tal como a conhecemos, *deixar de existir*”.

Politzer questiona o que denomina *psicologia clássica* por seu *abstracionismo*, ou seja, a tendência a substantivar os fatos psicológicos, considerando-os como estados em si, à parte do sujeito, generalizando, fazendo uma teoria que vale para todos e se distanciando do sujeito concreto. Por seu *realismo*, vendo os acontecimentos vividos pelos homens como processos que ocorrem no interior da mente, e por seu *formalismo*, tratando os acontecimentos psíquicos como classe de fenômenos gerais em que se perde toda a significação individual.

Através da abstração a psicologia clássica descreve em terceira pessoa, fatos psicológicos que se dão em primeira pessoa, isto é, vendo-os como se estivessem fora do sujeito. “A psicologia

clássica fala do eu (*moi*) *por um lado* e dos fatos psicológicos *por outro*” (Poltzer 1988 p.65). O resultado disto é o que ele chama de introspecção, ou seja, à psicologia clássica interessa não o que o sujeito relata, mas o que se passou em sua mente enquanto falava, nos processos internos que se encontram sempre aquém e/ou além do sujeito, em processos de terceira pessoa.

Em sua análise da psicologia clássica destaca cinco postulados, os quais a ‘nova psicologia’ deveria superar. São eles: 1) o atomismo psicológico; 2) que o psicológico é apreendido de forma imediata pela percepção; 3) a presunção de que existe uma vida interior; 4) a noção de que o psíquico resulta de processos internos e não de atos de pessoas concretas; e 5) a convencionalidade do significado, ou seja, o seu formalismo.

Assim na psicologia clássica, tudo acontece “como se todas consciências individuais tivessem exatamente o mesmo conteúdo de significações, como se cada consciência individual fosse apenas uma intuição de significações sempre as mesmas para todo mundo; significações que a intuição só captaria, sem nada alterar” (p. 94).

Poltzer nos mostra como que a gestalt, o behaviorismo e a psicanálise, apesar de sua novidade, apesar de oferecerem alternativas e novos caminhos para a psicologia, todas caíram na armadilha da psicologia clássica. “Ao mesmo tempo em que elas contêm a verdade, essas três tendências encerram o erro sob três aspectos diferentes e, por isso mesmo, conduzem seus discípulos por vias que afastam mais uma vez a psicologia da sua direção verdadeira” (p.47).

Quanto à psicologia da gestalt entrega-se por um lado a “construções teóricas e não parece, por outro, poder libertar-se das preocupações da psicologia clássica. O behaviorismo é estéril ou recai na fisiologia, na biologia, até mesmo na introspecção mais ou menos disfarçada, em vez de esquecer realmente tudo para esperar apenas pelas surpresas da experiência” (p.47).

A psicanálise, por outro lado, inebriada pelas próprias descobertas e ansiosa por divulgá-las, não deu-se conta “de que esconde em seu seio a velha psicologia, que ela tem por missão

suprimir” (p.47). Pois é na psicanálise que Politzer mais se detém, principalmente na obra ‘Interpretação dos sonhos’.

Para ele a psicanálise conseguiu em um primeiro momento dar este salto e perceber a importância de se voltar para o sujeito. “O que a psicanálise procura sempre é a compreensão dos fatos psicológicos em função do sujeito. Portanto é legítimo ver aí a inspiração fundamental da psicanálise” (ibidem p.62). Freud vai optar pela hipótese contrária a da psicologia clássica, substituindo a introspecção pelo relato, buscando não a forma do ato psicológico ou sua constituição em termos de elementos e classes distintas, mas o sentido deste ato, e isto é singular, único, e só pode ser fornecido pelo sujeito.

Este avanço da psicanálise Politzer o constata nos seis primeiros capítulos da *Traumdeutung*, onde Freud vai analisando e desmontando todas as abordagens da época em relação aos sonhos, ou por serem de caráter introspeccionista ou de caráter fisiologicista ou biologicista.

Porém, a crítica de Politzer não poupa a psicanálise, pois na tentativa de teorizar em cima de suas observações empíricas, Freud se distancia novamente do sujeito concreto de que fala Politzer. O capítulo VII da *Traumdeutung*, marca um retorno à psicologia clássica. “Uma vez concluída a ‘Psicologia dos processos do sonho’, tudo voltou para dentro do ‘psíquico’, tudo se tornou jogo de excitação e de representação: Freud conseguiu construir um edifício ao gosto da psicologia clássica, mas não está de acordo em todos os pontos com essa psicologia” (p.127).

Politzer critica a noção de inconsciente que para ele “só representa na psicanálise a medida da abstração que sobrevive no interior da psicologia concreta” (p.131). A partir desta noção Freud é então levado a construir toda uma série de processos e instâncias que expliquem a dinâmica do inconsciente, se afastando da psicologia concreta. O inconsciente, portanto não indica um progresso, mas uma regressão. “O abandono da inspiração concreta e a volta aos procedimentos clássicos” (p.153).

“Conseqüentemente, a parte teórica do empreendimento de Freud aparece imediatamente como uma tentativa de aproximar os fatos psicanalíticos da psicologia clássica e o que nos pareceu uma mudança de orientação absolutamente radical apresenta-se da maneira mais natural: pelo simples fato de se procurar uma explicação, estamos levados de volta à psicologia clássica” (ibidem p. 166).

Por fim Politzer, ao demonstrar que a psicologia da gestalt, behaviorismo e psicanálise, todos ao tentar trazer algo novo recaem repetidamente na armadilha da psicologia clássica, ou seja, do abstracionismo, fala então de sua proposta por uma *psicologia concreta* que teria como eixo central o conceito de ato, “o fato psicológico deve ser pessoal e atualmente pessoal – essas são suas condições de existência. Decorre disso que a noção fundamental dessa psicologia só pode ser a noção de ato” (p.77) Traz ainda conceitos como o de drama, relato, acontecimento. Apesar do autor não ter tido tempo de concluir sua obra, nos deixou pistas interessantes.

“A psicologia concreta é uma psicologia sem vida interior. Eis a virtude verdadeiramente fundamental da psicologia concreta; pois esta é essencialmente uma psicologia que renuncia a todos os procedimentos pelos quais o drama humano pode ser transformado em ‘vida interior’ (p.189). Politzer tenta resgatar o sujeito concreto, o sujeito do *ato*, do *drama*, do *relato*. Para ele “o fato psicológico deve ser pessoal e atualmente pessoal...decorre disso que a noção fundamental dessa psicologia só pode ser a noção de ato. O ato é a única noção inseparável do *eu* em sua totalidade” (p. 78). A noção de ato nos conduz à de drama e do relato, a vida deste sujeito concreto, único e singular é antes de tudo dramática. Somente com a noção de drama é que será respeitado o relato em primeira pessoa, único representante da psicologia concreta. O sentido do ato do sujeito não será revelado através do estudo da vida interior ou da introspecção, mas sim através do relato.

Politzer parece não ter tido contato com Husserl e a fenomenologia apesar de terem sido contemporâneos. Porém, não podemos deixar de identificar a psicologia concreta em diversos

aspectos com a fenomenologia. Por outro lado, a crítica foi escrita em 1928, de lá para cá muita coisa já aconteceu. Dentre elas outra grande guerra, guerras quentes e frias, revoluções culturais e armadas, a entrada em uma nova ordem de relações, a pós-modernidade. Além e aquém de todas as mudanças políticas e conjunturais, o século passado viu surgir dezenas de correntes na psicologia, tendo os mais variados fundamentos teóricos, encarando o sujeito nos mais variados aspectos em que este se configura. A fenomenologia, o positivismo, a dialética e a psicanálise influenciaram boa parte desta produção.

Apesar de alguns pontos da crítica de Politzer hoje já terem sido superados – haja vista o advento da fenomenologia – outros ainda persistem, principalmente, a meu ver o abstracionismo, a tendência a ver um sujeito descontextualizado, abstrato. Me parece que a mudança de foco provocada pela produção teórica e filosófica da passagem do século XIX para o XX – me refiro aqui à psicanálise, fenomenologia e positivismo – causou um grande impacto para a psicologia clínica que ela levou um século para digerir. Porém talvez tenha chegado o momento de um novo salto ou ruptura e para isto deve-se romper as barreiras epistemológicas e teóricas entre as diversas ciências (Hard ou soft).

Politzer faz uma crítica diferente mas de qualquer forma chega mais ou menos no mesmo lugar que Vigotski. O primeiro propõe uma psicologia concreta, o segundo uma psicologia dialética ou o materialismo psicológico. O primeiro fala de *atos* concretos, *drama* e *relato*; o segundo fala de *atividade* (1991) e de um retorno ao fato psicológico e à prática. Porém, Politzer ficou mais próximo do paradigma individualista, da subjetividade, ao passo que Vigotski já propõe – influenciado pela dialética marxista – a visão de um sujeito constituído socialmente, um sujeito histórico e social.

Ora, ao que parece nem Vigotski nem Politzer com suas análises críticas tiveram um grande impacto na psicologia clínica na ocasião. “Politzer entendeu muito rapidamente que a sua aceitação generalizada, por parte dos psicólogos franceses, era a forma mais rápida de

desconsiderá-la... Mesmo em 1960 no VI Colóquio de Bonneval, a homenagem prestada por Laplanche e Leclaire é, como veremos, uma forma de descaracterizar o essencial da crítica, de modo a perpetuar a psicologia clássica sob formas mais sutis” (p. VI). Portanto, ambos foram como vozes no deserto, esquecidos e resgatados somente a partir da década de 70 e mais especificamente nesta passagem de século.

Isto se explica em função da necessidade da clínica desenvolver seus próprios postulados. Politzer vê a psicanálise como que “dilacerada entre a psicologia antiga e a psicologia nova”. Podemos dizer que não só a psicanálise, mas também o behaviorismo e a psicologia fenomenológica nascente, trazem novas contribuições e perspectivas para os estudos e pesquisas na área. Era um momento ímpar e diante dos novos saberes se debruçaram psicólogos e psiquiatras do mundo inteiro afim de desvendar os mistérios do psiquismo. É por isso que dizemos que nesta época a clínica se ensimesmou, voltou para si mesma num movimento narcísico mas necessário, buscando definir e diferenciar melhor seu objeto de investigação, sua metodologia, sua técnica e sua prática. Enfim buscando definir suas fronteiras. Era uma época em que as fronteiras entre os saberes ainda eram rígidas, e como visto acima, cada abordagem lutava para se impor como ciência e saber legítimo e autêntico.

Porém podemos dizer que, não só a psicanálise, como também a Gestaltheoria e o behaviorismo, apesar da novidade que traziam, também estavam dilacerados entre a psicologia clássica e a *nova psicologia*. Na verdade esta *nova psicologia* não se concretizou e todas as novas abordagens surgidas ao longo do século passado se encontraram e se encontram ainda hoje divididas entre estes dois extremos, ou seja, a de um sujeito abstrato, intrapsíquico e independente, e a de um sujeito concreto, material, histórico-social, interdependente. Numa outra linguagem e usando um neologismo: entre um sujeito e um intersujeito ou por que não dizer entre um sujeito e uma pessoa.



A partir da década de quarenta, e tendo com fundamento estas três matrizes teóricas, novas abordagens pipocam em todo o mundo. Embalado pela filosofia existencial, ante os horrores da guerra e da falência dos ‘grandes relatos’ surge então a chamada terceira onda ou “terceira força em psicologia, que se preocupa mais com o homem em sua humanidade do que como é definido em termos psicanalíticos ou behavioristas” (FAGAN & SHEPHERD 1977 p. 11). Trata-se da abordagem existencial humanista, de cunho eminentemente fenomenológico.

Esta perspectiva influenciou não só a psicologia, como também todas as ciências humanas e sociais bem como a psiquiatria e a psicopatologia. Por outro lado, os avanços destas outras ciências, principalmente as duas últimas influenciaram muito no desenvolvimento da psicologia clínica. Os avanços das neurociências, das ciências da linguagem, da medicina e dos psicofármacos na década de 50 abriram novas perspectivas, aumentando ainda mais o abismo entre objetivismo e subjetivismo.

Podemos dizer que, nesta época o pêndulo da psiquiatria (ALEXANDER & SELESNICK 1968) se desloca novamente para a abordagem organicista. No rastro desta, o pêndulo da psicologia – em especial as do eixo comportamental – encontra no objetivismo das neurociências uma ancora importante para o desenvolvimento de seus postulados. Pois é do encontro da comportamental com as ciências cognitivas e com a abordagem gestáltica – introduzida nos EUA no entre guerras pelo chamado grupo de Berlim, Koller, Koffka e Wertheimer (FARR 1998) – que nasce a abordagem cognitiva em psicologia e já na década de 60, surge a psicoterapia cognitiva principalmente com o trabalho pioneiro de Aaron Beck (BECK 1997). A onda cognitivista quase que pode ser vista hoje *na psicologia* como a quarta onda, tamanho seu alcance e expansão, algo só comparável à psicanálise a cem anos atrás, mas vamos tratar disto adiante.

Psiquiatria e psicopatologia começam então, a se distanciar da abordagem psicanalítica estrutural e de um sujeito intrapsíquico, subjetivo para se ancorar nos estudos mais avançados do cérebro e do sistema nervoso. A fenomenologia ainda perdura, porém como orientação

metodológica. Portanto, no rastro da onda objetivista e biológica da psiquiatria e psicopatologia atuais, vão a psicologia comportamental e cognitiva, ainda com a pretensão de se tornar uma ciência positiva.

De forma que o que se viu, ao longo da segunda metade do século passado foi a expansão da ciência psicológica. Não uma ciência unificada ou geral como queria Vigotski, nem uma psicologia concreta, aos moldes do que pretendia Politzer – apesar da psicologia concreta estar em absoluta consonância com a psicologia fenomenológica existencial, que na ocasião estava dando seus primeiros passos – mas como uma ciência do diverso, inter ou mesmo transdisciplinar.

E todas as quatro matrizes epistemológicas da psicologia (psicanálise, fenomenologia, positivismo e dialética), como descreveu Vigotski, na luta por seu espaço expandiram seus conceitos para além de suas fronteiras (Fig. 2). Gerando dezenas de correntes não só na abordagem clínica, mas também no social, na do trabalho, organizacional, desenvolvimental e mesmo nas disciplinas adjacentes como nas ciências humanas, sociais e da saúde.

Dentro da psicologia vemos como certas correntes ou escolas procuram resguardar o ensinamento original, porém outras tantas – e não são poucas – procuram uma diálogo saudável com as demais teorias inclusive se apropriando de seus conceitos e adaptando-os aos seus modelos e objetos. O que tem os seus riscos, como toda produção nova no campo do saber.

### O tetraedro da psicologia

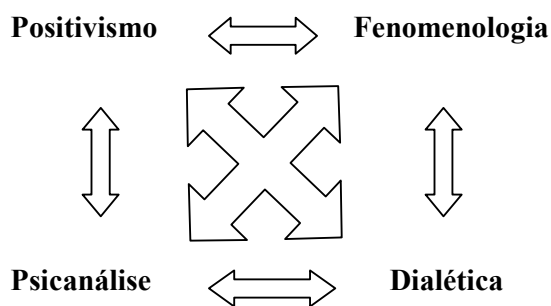


Fig. 2

No tetraedro, sem dúvida a relação mais problemática é a da psicanálise com o positivismo. Assim como da psicanálise surgiram dezenas de escolas (desde as mais freudianas até as menos), do positivismo também, dentre ela a comportamental e a cognitiva. Não é nosso objetivo no momento fazer uma análise das relações entre os saberes no tetraedro e das escolas híbridas ou polissêmicas que porventura gerou, mas apenas ilustrar. Na dança dialética do saber, ora uma ora outra destas orientações teóricas estará predominando, juntamente com as abordagens psicológicas correspondentes. Passemos adiante, ao contexto da pós-modernidade.

### 3. Pós-modernidade

*Nas perspectivas pós-modernas a construção conjunta terapeuta-cliente exclui a possibilidade teórica.*  
*Maurício Neubern*

#### 3.1 Os novos contextos histórico-social

O mundo pós-moderno se inicia a partir da chamada 2.<sup>a</sup> crise da modernidade, mais ou menos na década de 60, ou seja, a partir da percepção de que os grandes relatos, isto é, as amplas visões filosóficas, políticas e religiosas típicas da modernidade perdem a legitimidade, a hegemonia e são invalidados, postos em cheque. “O pós-moderno desqualifica esta visão das coisas e esvazia o moderno de seus sonhos de alcance universal” (AZEVEDO, 1993 p. 30). Sem contar com o legado das guerras, vários fatores contribuíram para a entrada na pós-modernidade, dentre eles uma afirmação cada vez maior do sujeito e uma exaltação à subjetividade profunda e às forças irracionais.

Consideramos pós-modernidade, no mesmo sentido que Baudrillard da a modernidade, tendo em vista que a pós-modernidade não rompe com o paradigma moderno da subjetividade. Pelo contrário, há uma exacerbação do individualismo, rumo ao hiper-individualismo como diria Lipovetsky (1983) que continua, “o pós-moderno não passa de uma ruptura de superfície... que leva a lógica moderna aos seus limites extremos” (ibdem p. 116). O moderno é exclusivo enquanto o pós-moderno é inclusivo, flexível, permite produzir contrastes, aceita as diferenças. É o tempo das minorias.

O autor fala que no modernismo coexistem duas forças, ou duas lógicas, uma mais burocrática, hierarquizada, disciplinar, rígida, coercitiva, exclusiva; outra mais flexível, liberal,

igualitária, opcional, permissível, inclusiva (LIPOVETSKY 1983). Podemos dizer que na modernidade predominou a lógica das estruturas burocráticas e que a partir de meados do século, principalmente dos anos sessenta houve uma inversão e o pêndulo se deslocou então, para a lógica flexível, hedonista, consumista, imediatista da pós-modernidade. Isto em função de uma rejeição, por parte das sociedades ocidentais, das relações impostas e hierarquizadas de até então.

Como diz Lipovetsky “os anos sessenta dão o pontapé de saída do pós-modernismo” (1983 p.111), com a emergência de novos valores e quebras de velhos paradigmas. Não é por acaso que a década de sessenta é considerada o grande marco da modernidade tardia, pois foi lá que surgiram movimentos sociais importantes que determinaram novos rumos em todas as esferas de relações nas sociedades pós-modernas.

O movimento feminista, as revoltas estudantis, a contracultura, movimentos pacifistas são alguns que podemos citar. Todos estes movimentos, segundo Hall (2002), tinham várias coisas em comum: se opunham tanto à política liberal capitalista quanto à comunista; criticavam todas as formas burocráticas de organização; ênfase revolucionária; refletiam o fim das organizações políticas de massa, das divisões em grandes classes polares sua fragmentação em inúmeros movimentos sociais separados; cada grupo ou tribo que foi surgindo construía novas identidades sociais, ligadas a grupos minoritários aos quais os sujeitos, na busca da construção de uma identidade pessoal, podiam se identificar; por fim, todos estes movimentos vieram reforçar e ampliar as diferenças, a diversidade e a individualidade, promovendo uma exaltação ainda maior à subjetividade.

Ao mesmo tempo, porém, os anos sessenta são marcados pela exacerbação de uma cultura hedonista, a libertação sexual, a nova música pop, o advento das drogas (droga, sexo and rock’nroll). “A cultura comum se atualiza em termos de libertação, de prazer e de sexo. Cultura de massa hedonista e psicodélica que só aparentemente é revolucionária” (LIPOVETSKY 1983 p.99).

Apesar dos anos sessenta terem sido anos de cortes e rupturas, a partir daí iniciou-se uma era de amenidades. “A idade pós-moderna, deste ponto de vista, não é de maneira nenhuma a idade paroxística libidinal e pulsional do modernismo; pensaríamos antes o contrário: o tempo pós-moderno é a fase *cool* e desencantada do modernismo” (ibdem p.105).

Segundo Giddens, “O mundo moderno é um mundo em disparada: não só o ritmo da mudança social é muito mais rápido que em qualquer outro sistema anterior; também a amplitude e a profundidade com que ela afeta práticas sociais e modos de comportamento preexistentes são maiores” (2000 p.22). Poderíamos acrescentar também a forma dramática e inexorável como afeta e transforma o sujeito em sua estrutura. Para o autor, são três os elementos capazes de explicar o caráter dinâmico e complexo da pós-modernidade: 1) a separação tempo/espaço; 2) os sistemas de desençaixe; e 3) a reflexividade.

Quanto à fragmentação da vivência de coesão e unidade entre tempo e espaço, sabemos que todas as culturas tem seu tempo longo (SPINK 2000), seu tempo histórico-social, organizador de uma identidade cultural estável e coesa, que se liga ao tempo curto, atual, possibilitando uma narrativa coerente acerca da nossa história. Toda cultura também tem sua forma de se organizar e de organizar o espaço, suas fronteiras, seus limites, o espaço sagrado e o profano, o público e o privado. Sua forma de espacializar.

Nos tempos pré-modernos, a relação tempo/espaço era vivida de forma estável, coesa, contínua e linear, ambos “se conectavam através da situacionalidade do lugar” (GIDDENS 2000 p.22). Se ancoravam na situação imediata, era um mundo pequeno que dava uma sensação de permanência e segurança.

Hoje há uma fragmentação na relação do tempo e do espaço, e por extensão de nossa vivência em relação a ambos. “A separação de tempo e espaço envolveu acima de tudo o desenvolvimento de uma dimensão vazia de tempo, a alavanca principal que também separou o espaço do lugar” (ibdem). Para Giddens (ibdem p.23), o esvaziamento do tempo e do espaço não é um

desenvolvimento linear; ele opera dialeticamente”, ou seja é um processo que, atuando sobre si mesmo, cria a possibilidade de novas recombinações que extrapolam a simples mediação do lugar, tal como ocorre hoje com o celular e a internet.

Os sistemas de desençaixe são, de certa forma, uma consequência desta separação tempo/espaço. Ambos se tornaram pluridimensionais e as relações já não estão vinculadas à proximidade geográfica, ou seja, o fenômeno a que Giddens (2002) denomina de *desençaixe*, se relaciona com “o deslocamento das relações sociais dos contextos locais e sua recombinação através de distâncias indeterminadas do espaço/tempo.”

Por fim, a terceira característica que dá à pós-modernidade sua dinamicidade e sua complexidade é a reflexividade, ou reflexividade institucional. Trata-se do “uso regularizado de conhecimentos sobre as circunstâncias da vida social como elemento constitutivo de sua organização” (ibidem p.26). Ou seja, procuramos sempre saber algo mais acerca do que estamos vivendo e para isto nos remetemos aos sistemas especializados, que englobam todas áreas de nossa existência, desde o que comemos, o que vestimos, onde moramos, até o médico, o terapeuta e o padre ou espiritualista.

Através da reflexividade, submetemos a maioria dos aspectos da vida social, pessoal e de nossa relação com as coisas e a natureza “à revisão intensa à luz de novo conhecimento ou informação” (ibidem p. 26). Novo conhecimento que está sempre se produzindo agora, em todas as áreas, através de bilhões de pessoas, em todo mundo ante nossos olhos, em tempo real, em tempo virtual, na internet.

A psicologia sem dúvida desempenha um papel fundamental na reflexividade da pós-modernidade. Haja vista a literatura de auto-ajuda que hoje ocupa boa parte das estantes de nossas livrarias, e a presença constante de psicólogos tecendo comentários e dando orientações acerca dos mais diversos assuntos da vida, em revistas, jornais, internet e programas de TV inclusive em canais adulto. Sem falar na produção técnica e científica advindas dos meios acadêmicos, e

divulgada através de uma literatura mais técnica e especializada, ou qualquer outro veículo da mídia. Pois até mesmo “a informação especializada, como parte da reflexividade da modernidade, é de uma forma ou de outra constantemente apropriada pelos leigos” (ibdem 27),

Podemos dizer que reflexividade, desencaixe e a entrada em uma outra lógica na vivência do tempo e do espaço são características de um mundo global, globalizado. Apesar da modernidade ser, por si só, uma era globalizante, podemos dizer que foi a partir da década de setenta que o fenômeno da globalização se acelerou, aumentando os fluxos e os laços entre as nações. Globalização “se refere àqueles processos, atuantes numa escala global, que atravessam fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado” (HALL 2002 p.67).

Estamos em uma sociedade planetária (MELUCCI 1996), o mundo ficou pequeno, as distâncias bem como nossa vivência do tempo – ninguém tem mais tempo para nada – se encurtaram. E nunca, em tempo algum, estivemos tão conectados com o que acontece em nosso pequenino planeta. Vemos ao vivo, em tempo real, tudo sobre o globo, desde uma guerra até a morte do papa. A Europa, hoje, fica logo ali, há cerca de 10 horas. E nunca, em tempo algum, o indivíduo foi tão dramaticamente afetado por tudo que se passa na face da terra. Se um pequeno país da Ásia quebra, sentimos as consequências em nosso bolso aqui no Brasil; os atentados de 11 de setembro, segundos depois de ocorridos já passava no mundo todo, levando toda a humanidade – sem medo de exagerar – a momentos de angústia e expectativa em relação ao nosso futuro.

Para Giddens, “o conceito de globalização é melhor compreendido como expressando aspectos fundamentais do distanciamento entre tempo e espaço. A globalização diz respeito à interseção entre presença e ausência, ao entrelaçamento de eventos e relações sociais à distância com contextualidades locais” (2002 p. 27). Amizades e relações já não se restringem a locais e nem a tempos, mas sim aos instrumentos de mediação.



Melucci, por outro lado prefere utilizar o termo “planetarização”, para salientar o fato de que chegamos nos limites, na fronteira “além da qual não há nem espaço nem tempo: o planeta”. Portanto não há mais espaço que não faça parte do sistema e nem mesmo tempo. “O que experimentamos agora é um deslocamento e uma planetarização do espaço, de um lado, e uma presentificação do tempo de outro, o que muda radicalmente as categorias em que se baseia a construção da experiência humana” (1996 p.202).

Outro aspecto importante na pós-modernidade é o da produção e utilização ou manipulação da informação como principal recurso mediador e guia das relações. “A maior parte de nossa experiência cotidiana é experiência em enésimo grau, o que significa que ela se situa em contextos que são cada vez mais construídos por informação, transmitidos pela mídia e internalizados pelos indivíduos...” (Ibidem p. 201). Toda a gama de saberes produzidos pela humanidade vão se organizando, dividindo-se e subdividindo-se em sistemas cada vez mais especializados (GIDDENS 2002) que se constituem em importantes ancoramentos na estruturação da identidade e guias para as condutas dos sujeitos. De forma que a maior parte de nossas atividades cotidianas já são afetadas pelas transformações na área da informação, é a ciência e a tecnologia invadindo nosso cotidiano.

A era pós-industrial, pós-moderna é a era da informação. Como diz Lyotard “a sociedade não existe e não progride a não ser que as mensagens que nela circulem sejam ricas em informações e fáceis de decodificar” (1986 p.6). A natureza e produção do saber também são afetadas. Vinculado ao mercado, o saber torna-se operativo, funcional. Perde seu valor de uso, ganha valor de troca. “o saber é e será produzido para ser vendido” (Ibidem p.5).

Dentro deste enfoque, “o ambiente pós-moderno significa basicamente isso: entre nós e o mundo estão os meios tecnológicos de comunicação, ou seja de simulação. Eles não nos informam sobre o mundo; eles o refazem à sua maneira, hiper-realizam o mundo, transformando-o num

espetáculo” (SANTOS 1986 p. 13). E poderíamos completar, desmaterializando, dessubstancializando o sujeito contemporâneo.

Portanto pós-modernidade, globalização e mídia são inseparáveis. O mundo pós-moderno é, como diz Thompson, o mundo da experiência mediada. Para ele, são três as possíveis formas de relação e contato, a face a face, a mediada (cartas, telefones, internet, etc) e a quase mediada, que cria na pós-modernidade, uma nova forma de intimidade mediada, onde os indivíduos podem criar e estabelecer uma forma de intimidade não compartilhada e essencialmente não recíproca (1998). É a relação por exemplo, do expectador com sua novela, programa ou ator favorito, que pode parecer cômoda à primeira vista – na medida em que dispensa a reciprocidade da relação face a face – mas encobre o risco da alienação, da dependência e da segregação institucional.

Por outro lado, o advento da relação quase mediada, ampliou a capacidade dos sujeitos experimentarem. Fatos ou experiências que são vividos pelos sujeitos através da TV por exemplo, são fenômenos que dificilmente encontrariam na sua rotina diária, em seu cotidiano. Mas que vão somar aos outros bilhões de informações a que estamos submetidos o tempo todo, todos os dias, e vão compondo o nosso repertório experiencial, nossa biografia. Não é por acaso que uma das experiências mais comuns do sujeito pós-moderno é a da angústia de fragmentação e dissolução.

Estamos diante de um sujeito fragmentado, e a mídia exerce um papel fundamental, através do que Giddens denomina: 1) efeito colagem, ou seja, justaposição de histórias, notícias, curiosidades e itens “que nada têm em comum exceto serem oportunos e terem conseqüências. A página de jornal e o guia de programação da televisão são exemplos igualmente significativos do efeito colagem” (2002 p. 31). 2) a intrusão de eventos distantes na consciência cotidiana que como dito acima, para muitos pode ser raros em seu dia a dia.

O efeito colagem faz com que nunca tenhamos uma visão completa dos fatos e fenômenos, nunca temos uma gestalt plenamente fechada, pois só recebemos da mídia recortes, pequenos fragmentos, já devidamente filtrados e preparados para atrair e entreter, antes de chocar e

fragmentar. Por outro lado, é humanamente impossível apreender tudo o que acontece neste momento no mundo. Temos que nos contentar com os fragmentos e recortes, e completar as lacunas com nossa experiência, nossa imaginação e o sentido compartilhado que construímos nas nossas relações.

Portanto a globalização com todos os seus efeitos conduz á dialética e à tensão entre o local e o global, entre o aqui e o lá, o agora e o depois. Mas há também na pós-modernidade uma fascinação com a diferença, “há, juntamente com o impacto do global, um novo interesse pelo local” (HALL 2002 p. 77). Antes víamos o global a partir do local, o sujeito pós-moderno vê o local a partir do global. Antes, o local era aqui, hoje pode ser em qualquer lugar. Antes tínhamos o ancoramento na situação imediata, local, uma referência estável para organização de sua identidade, que o possibilitava lançar-se no mundo globalizado.

Hoje, sem nos desvincular do lugar, deslocamos por outro lado, a busca de referenciais identitários para o global. Procuramos nos ancorar no global, porém este se apresenta picotado, recortado, fragmentado, impossibilitando a construção de gestalts fortes acerca de nós mesmos e do mundo. Continuamos a nos perguntar acerca de nós mesmos e buscar em referenciais globais as respostas que nos ajudarão a constituir uma identidade coesa, com sentido de continuidade.

Porém o caleidoscópio e o bombardeio de informações é tamanho e de tal forma vago e incompleto que o que recebemos são fragmentos de informações incapazes de se constituir em referenciais identitários estáveis. Constituindo assim uma identidade plural, aberta, dinâmica, quiçá múltipla e fragmentada. Mais um dos paradoxos do pós-modernidade.

Destaca-se, portanto, a importância dos processos e dos contextos sociais na constituição do sujeito pós-moderno e de sua identidade. Giddens assim se refere a esta dialética entre sujeito e sociedade: “as transformações na auto-identidade e a globalização, como quero propor, são os dois pólos da dialética do local e do global nas condições da alta modernidade. Em outras palavras,

mudanças em aspectos íntimos da vida pessoal estão diretamente ligadas ao estabelecimento de conexões sociais de grande amplitude...”(ibdem p.36).

### **3.2 Seus sujeitos e suas novas formas de constituição**

Dentre todas as características da pós-modernidade, duas a meu ver tem influenciado e evidenciado de forma mais significativa a crise da psicologia clínica, são elas: 1) o surgimento de novas formas de subjetivação da experiência; 2) o surgimento de novos campos, não só do saber como também da prática. Vamos nesta seção nos deter no primeiro ponto, na próxima nos deteremos no segundo.

Ora, esta descrição da pós-modernidade não estaria completa sem uma explanação acerca do sujeito pós-moderno. A hipótese que faremos aqui é de que os novos contextos inaugurados pela atmosfera pós-moderna determinaram o surgimento de novas formas de subjetivação da experiência, e por extensão, de um novo sujeito.

“A noção de sujeito é uma noção extremamente controvertida. Desde o princípio, manifestase de forma paradoxal: é simultaneamente evidente e não evidente” (MORIN 1996 p.45). Como diz Touraine “a idéia de sujeito não cresce em estufas muito bem protegidas. É planta selvagem” (1999 p. 75) O sujeito pós-moderno escapa a qualquer tentativa de apreensão, de definição, está em transformação, em metamorfose, em constituição. As nossas “cidades criaram multidões solitárias, indivíduos isolados privados de suas habilidades para se comunicarem...em busca de bem estar pessoal mas inaptas para estabelecerem relações significativas com os outros” (MELUCCI .....

“Nosso presente confronta-nos com uma situação nova. Apesar de toda coerência lógica, nosso mundo de experiências se decompõe em fragmentos” (TOMKA, 1997). Perdeu-se os laços com o passado, caíram os mitos e Deuses, o futuro se descortina negro, em aberto. As relações

com o espaço e o tempo mudaram e se ampliaram, “os horizontes da experiência e da apreensão do mundo começaram a se dilatar ao infinito. As grandes descobertas fizeram de todo o globo terrestre o espaço vital do homem”, estamos em uma “sociedade planetária” (MELUCCI, 1996) que perdeu sua unidade orgânica se segmentando e tornando-se desigual, descontínua, imprevisível e inapreensível. “O cidadão está dividido entre as diferentes arenas em que sua vida se desenrola. Segurança, calor humano, aceitação pessoal ele encontra sobretudo na família, junto aos parentes e amigos”. O espaço privado tem pouca ligação com o espaço público onde acontecem o jogo de tensões e pressões sociais.

Para Melucci “O sujeito pós-moderno é confrontado com uma quantidade crescente de possibilidades e seu problema consiste em fazer escolhas, em restringir seu campo de experiências frente ao influxo excessivo de estímulos perceptivos e afetivos”. O autor critica o modelo Freudiano calcado na idéia de energia: “Essa concepção econômica da energia psicológica refere-se em grande medida à sociedade burguesa, na qual a repressão da libido era o problema cultural principal. Atualmente, estamos face ao problema oposto, o da experiência da liberação intensiva e extensiva, potencialmente exagerada de energias interiores...” (1996 p.211).

“O clima de risco da modernidade é inquietante para todos; ninguém escapa” (GIDDENS 2002 p. 117), A noção de risco é central na modernidade tardia. O risco se refere a futuros acontecimentos vislumbrados em nosso horizonte existencial de acordo com nossa situação presente. Embora os avanços tecnológicos e científicos tenham minimizado muito dos riscos e perigos que o indivíduo corria em tempos primitivos ou pré-modernos, outros riscos surgiram no mundo globalizado. Violência, morte, fome, miséria, drogas, tráfico, desigualdades, guerras, conflitos regionais, revoluções, golpes. O risco hoje é globalizado e todos vivemos sob os fantasmas de uma terceira guerra mundial (nuclear), grandes cataclismas naturais e a destruição do planeta pelo homem, exaurindo seus recursos e poluindo todo o globo.

Neste cenário, “o homem moderno vive sob o ataque cerrado de experiências carregadas de tensão. O mundo em sua mundanidade incondicional, com suas leis próprias, suas diferenças, é por ele experimentado sem uma coesão interior. E dia a dia, ele sente sua incapacidade de apreender suficientemente e de dominar soberanamente a variedade e a dinâmica da realidade que o envolve e o enlaça. Muitas pessoas não resistem” (TOMKA, 1997 p.22). Hoje, monitoramos e calculamos cada passo, e a cada escolha que fazemos temos que medir os riscos.

“Vive-se numa sociedade, tensa, retraída...uma apatia generalizada...proliferam subjetividades amenas, medíocres, incapazes de grandes paixões e de grandes investimentos, condenadas a vagar desorientadas...é a sociedade da decadência. Nela impera o homem moribundo, doente, obsessivamente preocupado consigo mesmo. Seu estado de espírito permanente é o da ansiedade...Surge a estratégia da sobrevivência na qual tudo se centraliza no *Eu* e o que importa é subsistir” (PAIVA, 1996 ps. 97 99).

Temos, assim, um sujeito fragmentado, dividido, e como diz Eugène Enriquez (1994), carente de idéias e “ideais transcendentais”, sem futuro, perdendo progressivamente seus “marcos identificatórios”, um sujeito deprimido, ansioso, desiludido, oprimido. Estamos na sociedade do Pathos, vivendo a crise do sujeito contemporâneo, que se encontra perdido e sem identidade. Aliás, esta se torna um grande problema na modernidade de uma maneira diferente e contrastante com as relações eu-sociedade em contextos mais tradicionais.

Segundo Hall (ibidem), há na modernidade tardia a visão de que as identidades modernas estão descentradas, deslocadas, fragmentadas, trata-se da perda de um ‘sentido de si estável’. Para o autor, a globalização com todas as características que apontamos acima levam a três possíveis conseqüências na constituição das identidades nacionais: 1) estão se “desintegrando, como resultado do crescimento da homogeneização cultural e do pós-moderno global”; 2) num movimento de recuo e de resistência à globalização, as identidades nacionais e locais estão sendo reforçadas; e 3) apesar do declínio das identidades nacionais, novas identidades – híbridas – estão

tomando seu lugar. Há portanto uma proliferação de novas “posições-de-identidade, juntamente com um aumento de polarização entre elas” (Ibdem p. 84).

Podemos estender estes efeitos não só aos fatores culturais e sociais que colaboram para a estruturação das identidades nacionais. Mas também a todos os fatores locais, biológicos, familiares e históricos ligados à formação de nossa identidade como um todo, com todos os papéis a que temos que nos submeter em nossa vida diária.

Ora, se a identidade deixa de ser percebida como uma essência substancial, como poderemos construir a sensação de permanência do sujeito? A continuidade da identidade está cada vez mais sendo deslocada dos conteúdos, para sua capacidade pessoal de organizar todas as informações e estímulos que recebe num todo coerente para o sujeito e num processo contínuo. Para Thompson “o processo de formação do self se torna mais reflexivo e aberto, no sentido de que os indivíduos dependem cada vez mais dos próprios recursos para construir uma identidade coerente para si mesmos” (1998 p. 181).

Isto aponta para um self ou ‘eu’ como um projeto simbólico (THOMPSON 1998), reflexivo e narrativo (GIDDENS 2002). No contexto da ordem pós-industrial, o eu se torna um projeto reflexivo. “Nos ambientes da pós-modernidade, o eu alterado tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social” (GIDDENS Ibdem p.37). Desta forma, o eu passa a ser visto “principalmente como um produto ou idealização de sistemas simbólicos que o precedem” (THOMPSON 1998 p.183).

A reflexividade do eu é contínua, e tudo penetra, inclusive o corpo. E se dá na forma de uma narrativa coerente acerca de quem somos, nossa história e nossa relação com o mundo, com uma trajetória biográfica que se desenrola do passado em direção ao futuro antecipado. Somos o tempo todo convidados a planejar, olhar para o futuro, e a criar estilos de vida, que pode ser definido “como um conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça... por que dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade” (GIDDENS 2002 p.79). Trata-se de

um fator importante para a sensação da continuidade da segurança ontológica. A visão do eu como um projeto narrativo e reflexivo aponta para a concepção de um sujeito concreto, histórico-social, intersubjetivo.

Interessante como Giddens resgata alguns conceitos do trabalho de Laing em seu livro 'O eu dividido'. Nele Laing fala da segurança ontológica, que se trata do sentimento de pertença e presença no mundo como pessoa real, viva, um sentimento claro de separatividade em relação aos outros e ao mundo, de autonomia e identidade. Sentimento de ter e estar enraizado no corpo, coexistindo espacialmente. No sentimento de insegurança ontológica o sujeito pode sentir-se mais irreal que real, mais morto que vivo, sem uma identidade autônoma e distinta do resto do mundo. "Pode faltar-lhe a experiência de sua própria continuidade temporal. Pode não possuir um sentido predominante da consistência ou coesões pessoais" (LAING 1963 p. 46). Nem sentir seu enraizamento no corpo, se divorciando parcialmente deste.

Giddens utiliza o conceito de confiança básica como núcleo necessário para o desenvolvimento de um sentimento de segurança ontológica. Mas este sentimento é construído não só através de nossos vínculos, mas do que ele denominou de consciência prática e Moffatt (1983) denomina estruturas de continuidade, ou seja, as zonas de espaço-tempo por onde circulamos e as rotinas e hábitos que vamos aprendendo ao longo de nossa vida. "A confiança que a criança, em circunstâncias normais, investe nos que cuidam dela pode ser visto como uma espécie de inoculação emocional contra ansiedades existenciais...a confiança básica é o principal suporte emocional de uma carapaça defensiva ou casulo protetor que todos os indivíduos normais carregam como meio de prosseguir com os assuntos cotidianos... que nos dá um sentimento de invulnerabilidade relativa" (GIDDENS 2002 p. 43). O casulo protetor é nossa fronteira de contato (PERLS 1977), nosso espaço vital psicológico (LEWIN 1973), porém, mais retraído e enrigecido

Tudo se passa como se o homem pós-moderno se deparasse com sua condição existencial mais radical, a de não possuir um núcleo identitário central estável, contínuo e linear e sim um



vazio que ele tem que preencher através da consciência prática do dia a dia. Portanto, não dando mais conta – como fazia em épocas passadas – de tamponar a angústia advinda de sua condição existencial, desenvolve diversas estratégias afim de coordenar e ordenar todas as variáveis de sua vida em um todo coerente e contínuo. Desde um enrigecimento de suas fronteiras de contato, ou casulo protetor, até a evolução para comportamentos desviantes, patológicos e sintomáticos. Podemos mesmo dizer que a pós-modernidade inaugura novas formas de adoecimento psíquico, como veremos adiante.

Até fins do século XIX, o sujeito ainda não havia se fragmentado tanto como hoje. Freud e o conceito de inconsciente se constituiu em mais uma ferida narcísica para a humanidade, provocando mais uma divisão no sujeito. Frente ao sujeito do inconsciente, o sujeito do cogito e o sujeito da consciência são considerados epifenômenos na prática clínica psicológica e psicanalítica que domina a cena na primeira metade do século XX.

Na alta modernidade o sujeito se dividiu ainda mais. Sem abrir mão da autonomia do cogito, deve necessariamente conviver com vários outros sujeitos – todos com sua autonomia – dentro de si mesmo. Além do sujeito do inconsciente, há o sujeito do soma, do corpo, cuja autonomia em relação à consciência já era ressaltada por Merleau-Ponty (1957) que o denominava ora sujeito da percepção, ora da ação. Mais recentemente, o corpo adquire o status de sujeito do cômputo, sujeito bio-lógico: “temos um sujeito cerebral que é um sujeito no ato mesmo da percepção, da representação, da decisão e do comportamento...Tenho aqui, então dois níveis de subjetividade. Muitas vezes se acreditou encontrar o fundamento do conceito de sujeito nesses níveis humanos, que só podem aparecer porque há um nível prévio, bio-lógico, do conceito de sujeito” (MORIN 1996 p. 52). Podemos completar Morin dizendo que, na constituição do sujeito há também um outro nível prévio que, seguindo a sua terminologia diríamos ser sócio-lógico. Na pós-modernidade o sujeito e por extensão a clínica são determinados por estes dois níveis prévios. Neste trabalho, estamos ressaltando os aspectos sociais e históricos.

Sujeito do cogito, sujeito da consciência, sujeito do inconsciente, do desejo, sujeito da existência, sujeito bio-lógico, cerebral, sujeito da ação e da percepção, sujeito do comportamento, cognitivo. Sujeito cindido em sua essência, que também se fragmenta em sua existência, passando a sujeito histórico, sujeito social, político, sujeito epistêmico. Portanto, a partir de meados do século XX o sujeito sofre novos golpes e uma fragmentação definitiva com a qual estamos tendo que lidar até os dias de hoje. A quem iremos eleger como timoneiro desta embarcação? As abordagens do eixo positivista certamente colocariam o sujeito cerebral, cognitivo-comportamental no leme, a psicanálise elegeria o sujeito do inconsciente ou do desejo. As abordagens humanistas-existenciais colocariam no leme o sujeito da consciência, da existência, da ação e a dialética iria priorizar o sujeito histórico-social.

Mas, podemos dizer que, isolados estes sujeitos perdem sua força e seu sentido e hoje, nenhuma destas abordagens estão dando conta sozinhas de lidar com o advento deste novo sujeito da era pós-moderna. Um sujeito fragmentado, vazio, desiludido, deprimido, ansioso. Um sujeito que rompeu com o passado e as tradições mas também não tem um futuro próspero que o aguarda. Que busca o que Giddens denomina relação pura, aquela que “não está ancorada em condições exteriores da vida social e econômica – é como se flutuasse livremente”, vale por si mesma. Um sujeito hedonista, imediatista, narcisista, que precisa gozar agora, pois poderá não ter tempo depois, estamos na sociedade da ‘ejaculação precoce’ (BAUDRILLARD 1991). Um sujeito também muito mais informado que em eras precedentes, que busca sua independência e autonomia, que defende seus direitos e o das minorias.

Uma das principais polaridades em que se dividiu este sujeito é a da contraposição sujeito/indivíduo, autonomia/heteronomia, autenticidade/inautenticidade e independência/dependência. Ao conceito de sujeito contrapõe-se (ENRIQUEZ 1994) o de indivíduo, este último é heterônomo, ou seja, o estado de dependência do indivíduo em relação às normas, tradições e ideais impostos pela sociedade, “todo indivíduo é fundamentalmente

heterônomo, isto é, ele só existe e só pode funcionar no interior de um social dado, de uma cultura particular que desenvolve suas significações imaginárias” (ENRIQUEZ, *ibidem* pag. 25).

Portanto o indivíduo é reativo, ou seja, reage de acordo com o ambiente, sua vida está nas mãos do outro, do mundo, sua ética submetida a um sagrado transcendente, que pode tomar a forma de totens, Deuses (ou Deus), de antepassados ou de outras ‘identidades coletivas fortes’ (Enriquez, *ibidem*). O indivíduo é conformado, previsível, pouco criativo, regulado pelos processos sociais, os quais repete inconscientemente. É massificado (individualizado), deve se comportar da forma que a sociedade espera. Mas por outro lado está protegido, seguro, ancorado nas identidades e ideais coletivos. Toda sociedade heterônoma, produz indivíduos heterônomos.

O sujeito, ao contrário do indivíduo, não se contenta com esta clausura social, é autônomo e não aceita com passividade as normas e regras sociais. Se abre ao mundo e tenta transformá-lo. O sujeito é proativo e não reage de acordo com o ambiente, mas sim age de acordo com seus desejos e escolhas. Enquanto o indivíduo é criador *de* história, o sujeito é criador *da* História. O sujeito é auto-fundante e sua ética se ancora em seus próprios desejos, valores e ideais. É um ser criativo e pousa um olhar surpreso em tudo o que vê. O sujeito é inconformado, imprevisível e regulado por sua própria vontade, a qual tenta impor ao mundo para mudá-lo. O sujeito é único (individuado), e por tudo isto está à deriva no revolta mar social, pronto para colocar sua vida em jogo e correr riscos. É um ser capaz, sábio e louco, “respirando a plenos pulmões um ar salubre..., interessando-se mais pela germinação das coisas do que pelos resultados tangíveis, inebriado pela diversidade da vida e capaz de percebê-la; portanto homem que sabe desposar suas contradições e fazer de seus conflitos, de seus medos, de suas metamorfoses a própria condição de sua vida, sem dominar o caminho que toma nem as conseqüências exatas de seus atos.” (Enriquez, *ibidem* p. 33)

Porém, não existe a heteronomia absoluta assim como não existe a autonomia absoluta, ambos os extremos são apenas ideais, possibilidades. E assim como somos constituídos, também somos constituintes do mundo e da sociedade. Todos somos, num grau ou noutro, sujeitos e

indivíduos, alguns mais sujeitos, outros mais indivíduos. Por outro lado, uma mesma pessoa, segundo o contexto e o momento, pode também assumir posições diversas frente ao ambiente e à sociedade. Há também uma tendência a valorizar mais o sujeito em detrimento do indivíduo. Ora, o processo de *individuação* que constitui o sujeito deve necessariamente pressupor o processo de *individualização* que constitui o indivíduo. Primeiro devemos construir bases sólidas, ancoradas na confiança básica, no sentimento de segurança ontológica e na consciência prática, ou seja, nos constituirmos enquanto indivíduos, sociais, históricos, concretos. É essa base que permite os vãos do sujeito. O indivíduo é o alicerce do sujeito, a existência inautêntica, o *das-man* é a condição de possibilidade da existência autêntica. Renaut (1998) fala do sujeito como aspiração do indivíduo.

Por outro lado, esta visão ainda afirma sobremaneira o paradigma da subjetividade. Entendemos que indivíduo e sujeito são dois lados de uma mesma moeda. Ambos mediados pelo simbólico, pela linguagem, pela cultura e pelo bio-lógico, orgânico, cerebral. Mas, que nome dar a esta moeda? Poderíamos chamá-la *self*, que engloba corpo e cultura, sujeito e indivíduo, interior e exterior, identidade e personalidade.

Vemos que na diferenciação acima entre sujeito e indivíduo, autonomia é vista como independência e heteronomia se liga a dependência. Segundo Renaut (1998) o termo autonomia é de cunhagem grega e desde a antiguidade já vem associado à liberdade e independência. Mas é com Kant que surge realmente a idéia de autonomia, que designava a independência da vontade em relação a todo desejo ou objeto de desejo. Portanto autonomia, liberdade e independência são termos relacionados ao sujeito e heteronomia, alienação e dependência são termos relacionados ao indivíduo.

Mas Renaut aponta um equívoco nesta correlação, “ a supervalorização hiperbólica da independência pode levar à afirmação pura e simples do EU enquanto valor imprescritível, não limitável por essência e livre de qualquer normatização” (1998 p. 63). Podemos dizer que é exatamente o que ocorre hoje na era do hiperindividualismo, a ênfase exagerada na subjetividade,

e neste sentido, ao longo do século passado a psicologia clínica reforçou ainda mais o paradigma individualista. Nossa sociedade está construindo um sujeito idealizado, desenraizado, que busca a independência e a liberdade a todo custo, a despeito do outro e do mundo, que não passam de utensílios que maneja para atingir seus fins.

A busca pela autonomia e independência na modernidade tardia é a regra, todos devemos ser nós mesmos, originais autênticos. Ser sujeito hoje é uma exigência e quando isto ocorre, quando todos numa sociedade têm que ser eles mesmos, seres únicos, caímos então na esfera da heteronomia. Portanto, a busca pela autonomia já foi absorvida, assimilada e integrada em uma sociedade essencialmente heterônoma, quanto mais autêntico você for, mais heterônomo estará sendo. Pois o que se espera é que você seja você mesmo. É aí que está o nó da questão, o que é ser si mesmo? O sujeito pós-moderno sabe que está condenado a perguntar eternamente e também a construir constantemente suas respostas.

Porém, não existe liberdade natural, sem regras. Renaut diz que “a idéia (intrinsecamente moderna) da liberdade como autonomia designa, num sentido, dependência em relação a regras, mas dependência percebida como compatível com a liberdade ou melhor, uma dependência fundadora da liberdade autêntica...que consiste em fazer com que o próprio humano seja o fundamento ou fonte de suas normas e leis” (ibdem pag. 62). De forma que no ideal de autonomia e liberdade, inclui-se o outro e o mundo. A busca da independência está mais para o indivíduo que para o sujeito, pois afirma a separatividade, a liberdade sem regras, um sujeito auto-fundante.

Portanto, o conceito de autonomia aqui, ganha novos contornos, “no ideal de autonomia, continuo a ser dependente de normas e leis, com a condição de que eu as aceite livremente” (ibdem p. 63). Neste contexto carrega em seu bojo a idéia de interdependência, e portanto, de intersubjetividade, a qual para Giddens, Hall dentre outros, é a âncora da subjetividade. “A idéia de sujeito, precisamente na medida em que ela não se reduz à de indivíduo, mas, ao contrário, implica uma transcendência, uma ultrapassagem da individualidade do EU, comporta nela a

intersubjetividade...nela está incluída por definição a relação com o outro” (RENAUT 1998, p. 100).

A autonomia está para a interdependência, assim como a heteronomia está para a independência. De forma análoga a subjetividade, como independência, se desliga do conceito de autonomia e se liga á heteronomia. Renaut também coloca a intersubjetividade como condição da subjetividade, o que a clínica não pode mais deixar de considerar, o outro vem antes de mim, a sociedade antes do indivíduo, a filogênese antes da ontogênese, e se há algo imanente ou auto-fundante, este não é o sujeito nem a sociedade, pois ambos se constituem numa relação dialética e dialógica, de reciprocidade e mutualidade. É a crise, sem precedentes da lógica do sujeito, do paradigma da subjetividade, que devemos delatar sem medo na busca por uma saída para os impasses, e para a crise em que a psicologia se encontra hoje.

Portanto, é fácil perceber como os novos contextos da pós-modernidade, determinam o surgimento de novas formas de subjetivação das experiências, haja visto o advento dos computadores; “essas máquinas imateriais cada vez mais inoculadas de subjetividade estarão compondo importante papel nas transformações culturais de nossa época ou, dito de outra forma, nos processos de produção de subjetividade” (CARVALHO, 2000 p.32).

### **3.3 As psicologias em fins do século XX**

Não é tarefa fácil falar da psicologia clínica na pós-modernidade. Temos hoje centenas de abordagens teóricas ancoradas em diversas matrizes epistêmicas. Por outro lado, os próprios limites destas matrizes já não são tão nítidos a as abordagens que vão surgindo adotam conceitos de várias delas em suas construções. Cada vez mais a psicologia vai se evidenciando como uma interciência. Nesta seção vamos refletir acerca da segunda característica da pós-modernidade que, como dito acima, ver tem influenciado e evidenciado de forma mais significativa a crise da

psicologia clínica, ou seja, o surgimento de novos campos, não só do saber como também da prática. Vamos também fazer um vôo rasante sobre a história da clínica no século passado e adiantar algumas críticas pós-modernas.

A psicologia clínica durante o século passado se ensimesmou. No afã de conhecer quem é este sujeito, exaltou a subjetividade vendo o ambiente como epifenômeno e reforçando a ideologia individualista. Portanto, a construção do sujeito feita pela psicologia clínica veio responder uma demanda ideológica, fruto do individualismo moderno. “O individualismo teria impedido a psicologia de reconhecer os aspectos culturais inerentes à cognição, à experiência subjetiva e à psicopatologia” (MOREIRA e SLOAN, *ibidem* p.13). Os autores nos mostram ainda como o discurso clínico não só colocou o aspecto social, cultural e histórico como epifenômeno, como todos os seus modelos de personalidade se polarizam no intrapsíquico, reforçando ainda mais a tônica individualista moderna. “Temos visto, dessa maneira, que os principais conceitos de personalidade são construções ideológicas na medida em que eles são individualistas e não sociais em caráter” (MOREIRA e SLOAN, *ibidem* p.67).

Quanto às psicologias, não resta dúvida de que as guerras (o entre e o pós), tiveram influencia marcante nos desenvolvimentos da psicologia no século passado. A chamada diáspora intelectual atesta para este fato e o desembarque nos EUA de dezenas e centenas de intelectuais e pesquisadores (de todos os campos do saber) possibilitaram encontros – nem sempre amistosos, mas sempre frutíferos – entre diversas abordagens. “A Alemanha se envolveu não em uma, mas em duas guerras mundiais, que devastaram a Europa e suas instituições educacionais. No início deste período, estudantes dos Estados Unidos - uns 10.000 conforme Sokal (1981) - invadiram a Europa (principalmente a Alemanha) para sua formação de pós-graduação; no final dele, são os europeus que invadem os Estados Unidos para seus estudos de pós-graduação” (FARR, 1998 p. 184).

E os trabalhos e pesquisas produzidos durante e após a guerra por iminentes psiquiatras e psicólogos deram origem a várias abordagens importantes haja vista Frankl com a logoterapia (1969),

dentre outros. A Europa destruída e todo o clima de pessimismo ocasionado pelas guerras possibilitaram a emergência e o fortalecimento do movimento existencial com toda sua influencia na psicologia, gerando um crescimento da onda humanista-existencial que se vê ainda hoje.

Na segunda metade do séc. XIX, momento crucial de constituição das ciências humanas, a partir de uma visão “reducionista e simplista e de uma perspectiva de dicotomia entre o indivíduo e a sociedade, coube à psicologia o estudo do indivíduo e à sociologia o estudo da sociedade” (JACQUES et alli, 1998 p. 13). Desta forma constitui-se como objeto da psicologia social o estudo da interação entre indivíduo e sociedade. Como já vimos, a evolução do saber na pós-modernidade rompeu com estas barreiras disciplinares.

Porém, num primeiro momento de seu desenvolvimento, nem mesmo a psicologia social escapuliu do empuxo da ideologia individualista, principalmente nos EUA, pois a psicologia social que ali se desenvolveu é uma forma de “psicologia social psicológica...seus modelos explicativos nos remetem, em última instância, a explicações centradas no indivíduo. É o fenômeno da individualização da psicologia social que Farr (1991; 1994; 1996) tanto refere” (BERNARDES *in* JACQUES et alli, *ibidem* p.28).

Apesar da psicologia social ter entrado numa crise de referências, de identidade na Europa desde a década de 60, foi somente no final da década de 70 que, aqui no Brasil, se despertou para a crise e para os questionamentos acerca da tendência individualista que a psicologia social vinha adotando no país, fruto de um posicionamento colonialista.

Como nos diz Fonseca, “a crise da psicologia social não é da espécie tênue. Ela a sacode, já por décadas, como de resto a toda Psicologia, reclamando por ações de mudança” (JACQUES et alli, *ibidem* p.28).

No rastro da crise, acompanhando a tendência europeia, surge uma “nova psicologia social – no Brasil representada pela ABRAPSO – que recebe, em um primeiro momento, algumas qualificações como Psicologia Social Crítica, Psicologia Social Histórico-crítica, Psicologia



Sócio-histórica..., apontam para uma concepção de ser humano como produto histórico-social e, ao mesmo tempo como construtor da sociedade e capaz de transformar essa sociedade por ele construída. Esta concepção de ser humano recoloca a relação indivíduo e sociedade, rompe a perspectiva dualista e dicotômica e, ao invés de considerar indivíduo e contexto social influenciando-se mutuamente, propõe a construção de um espaço de intersecção em que um implica o outro e vice-versa” (JACQUES et alli, ibdem p.14).

Fazendo coro com Farr, podemos afirmar que não só a psicologia social, mas também a clínica entra na era moderna com o fim da segunda guerra. Porém, este movimento – de desideologização – que na psicologia social no Brasil se iniciou em fins da década de 70, somente em fins dos anos 90 aportou em solo clínico, que até então conservava a tônica subjetivista e individualista.

Embora Farr (1988) fale da psicologia social moderna como fenômeno caracteristicamente americano, o mesmo não pode ser dito da psicologia clínica, cujo crescimento e avanço se dá tanto no novo como no velho continente. E em cada um, seu desenvolvimento ocorre em uma direção definida, com uma abordagem distinta. Nos EUA, houve uma predominância do eixo positivista com a comportamental e o advento da cognitiva a partir da década de 60, bem como da abordagem sistêmica do grupo de Palo Alto. Na Europa, a psicanálise continuava forte, principalmente com a influencia da intelectualidade francesa. Diríamos que as abordagens do eixo humanista-existencial conseguiram grandes adeptos em ambos continentes, podemos citar Rogers e May nos EUA, Binswanger e Boss no velho mundo.

O fortalecimento da abordagem cognitiva a partir de meados do século passado é um fenômeno importante na psicologia clínica, bem como na social como atesta Farr “a ciência cognitiva, bem como a psicologia social moderna é principalmente um produto do pós-guerra” (1998 p. 27). Para ele a psicologia social moderna como dito acima é um fenômeno americano, de caráter individualista e

cognitivista. Ora, em clínica, podemos dizer que a produção tanto do velho como do novo mundo conservam ainda o caráter individualista, independente das abordagens ou modelos predominantes.

Se na primeira metade do século passado o predomínio na clínica foi da psicanálise, na segunda metade a psicanálise foi aos poucos perdendo terreno para diversas outras abordagens, dentre elas a existencial-humanista e a cognitiva, cujos desenvolvimentos se ancoram nas ciências cognitivas, nas neurociências e nas ciências da informação e do comportamento. A terapia cognitiva vem ganhando espaço e hoje, já existem desenvolvidas diversas formas de terapia cognitivo comportamental (BECK 1997).

A abordagem cognitiva portanto, influenciou todas as áreas da psicologia, a do desenvolvimento, a social, a clínica. Na verdade, a onda cognitivista não nasceu na psicologia. Trata-se de um paradigma que surgiu da filosofia analítica, da cibernética e das ciências da informação, e como mostrou Vigotski, em sua ânsia de expansão, extrapolou seus domínios e influenciou estudos e pesquisas em todas as áreas das ciências humanas, sociais, da saúde, etc. O advento da psicologia cognitiva acena com mais uma possibilidade da psicologia se incluir no rol das ciências positivas, pretensão antiga e até hoje não satisfeita.

Enquanto a psicanálise neste momento está sendo forçada a recuar e ocupar um lugar mais limitado dentro da ciência psicológica (estaria no último momento, segundo Vigotski); a cognitiva vem ampliando seus domínios e parece estar chegando rapidamente ao estágio máximo de inflamento, quando começa a se transformar em ideologia (o quinto momento em Vigotski). A humanista-existencial parece não entrar nesta briga. Abre mão explicitamente da pretensão de ser ciência positiva, lança mão da filosofia e de outros saberes, bem como influencia todos os demais saberes adjacentes. Surgiu da desilusão do homem e quanto maior a crise em que vivermos, mais ela irá ampliar seus domínios. Podemos dizer hoje, que as teorias humanistas existenciais e a abordagem sistêmica, se constituem em paradigmas de transição entre o velho paradigma individualista e o novo, ainda em construção, de caráter social, histórico e crítico.

Mas, numa era tecnicista e especializada, nenhuma das abordagens, nem mesmo a psicologia humanista pôde abrir mão de uma técnica ou de um método, sob o risco de se perder nas águas turvas dos ‘achismos’; e ainda ficaram polarizadas, em seus estudos, no ser, na subjetividade. Mas construir um modelo de homem e desenvolver um método ou uma técnica para tratamento também tem os seus riscos, como veremos adiante.

As mudanças ocorridas na modernidade tardia não deixam intacta, portanto, a questão do saber, que “muda de estatuto ao mesmo tempo que as sociedades entram na idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna” (LYOTAR, 1986 p. 3). No mundo atual o saber se modifica, transforma, se pluraliza, “ as delimitações clássicas dos diversos campos científicos passam ao mesmo tempo por um questionamento: disciplinas desaparecem, invasões se produzem nas fronteiras das ciências, de onde nascem novos campos. A hierarquia especulativa dos conhecimentos dá lugar a uma rede imanente, por assim dizer, ‘rasa’ , de investigações cujas respectivas fronteiras não cessam de se deslocar” (ibidem p. 71).

Assistimos, portanto, ao nascimento de novos campos, híbridos que surgem nos interstícios dos diversos saberes, cujas fronteiras, nítidas tempos atrás, se dilataram ou mesmo se diluíram e dissiparam. Cada vez mais os psicólogos e especialistas de diversas áreas estão tendo que lançar mão de outras disciplinas para dar conta de seu objeto de estudo. No interior da própria psicologia, vemos o mesmo fenômeno, ou seja, os limites até então existentes entre as abordagens clínica e social se dissolveram, e o profissional deve articular o local e o global num diálogo que dê conta do sujeito pós-moderno.

Trata-se do fenômeno da complexidade, em que há uma nova forma de interação entre os saberes; onde se considera todas as possíveis relações entre o todo e suas partes. Onde o todo é maior que a soma das partes e engloba não só as regularidades e certezas dos saberes como leva em conta também o caos, as irregularidades, lacunas e incertezas. A complexidade causa uma espécie de curto-circuito

nos saberes, tornando possível articulações entre conceitos tão antagônicos que até então, na modernidade, seu encontro seria sacrilégio (NEUBERN 2004).

Quanto à clínica, as matrizes epistemológica que a sustentavam, já não a sustentam mais e as abordagens teóricas estão polissêmicas, dialogando entre si, buscando suas fontes inclusive fora dos domínios da disciplina de origem.

Vigotski identificou o movimento de expansão das abordagens teóricas para fora dos domínios de sua disciplina como passo seguinte à sua estruturação dentro da própria disciplina. Hoje, as disciplinas nascem híbridas e a expansão passa a ser o primeiro passo pois as abordagens teóricas ou clínicas devem necessariamente adotar conceitos comuns, fronteiriços, ou mesmo pertencentes a outras disciplinas numa rede ou teia complexa onde se articulam todos os saberes de todos os campos.

Não só no campo acadêmico, da teoria, os saberes estão se mesclando; também no campo da prática vemos este fenômeno. As mudanças no mercado de trabalho deram origem a novos campos, psicologia hospitalar, psicologia da saúde, do esporte, jurídica e saúde mental são alguns exemplos destes campos onde se fez possível uma nova prática, ainda em construção. Uma prática plural, pois são campos complexos onde se entrecruzam diversos saberes e disciplinas. Campos onde o discurso clínico se depara com outros discursos, como o discurso político, institucional e institucionalizado (Baremlitt, 1998), e o discurso social, com todo seu espectro de questões e problemas. A clínica se institucionalizou, se socializou, se politizou, se ampliou. Porém, ao se deparar com estes novos campos, encontra muitos desafios e impasses para sua prática, o que tem gerado muitas revisões e questionamentos acerca dos paradigmas vigentes no século passado. Para dar conta de toda a complexidade destes campos, o saber clínico está tendo que se articular com diversos outros saberes, às vezes a contra gosto.

Por outro lado, as teorias vigentes em clínica hoje, chegaram a um ponto de sua expansão, de seu desenvolvimento em que há a tendência a inverter a relação entre teoria e prática. Ao invés de deixarem o fenômeno falar por si, a despeito de ameaçar sua construção teórica, tentam encaixar o

fenômeno no conceito. E o problema é que hoje, o fenômeno do sujeito pós-moderno já não cabe e nem se sustenta em nenhuma de nossas teorias e na tentativa de não perder terreno, as teorias calcificam a dinâmica histórica, aberta e fatural do fenômeno científico para que caiba em seus conceitos. Porém, ante a busca pela alteridade, vê-se hoje um movimento das diversas abordagens clínicas em direção ao social, começando a reconhecer e considerar os fatores socioculturais, não como epifenômeno, mas como fator decisivo para a constituição do sujeito. Assiste-se também o inverso, ou seja, “perspectivas sociológicas e comportamentais que anteriormente omitiam o papel da autonomia e subjetividade individual nas ações humanas também tem começado recentemente a corrigir seu erro afirmando um certo grau de autonomia e autodeterminação pelos indivíduos” (MOREIRA & SLOAN 2002 p. 22).

Mas a pós-modernidade impôs uma nova inversão na relação teoria e prática, devolvendo a primazia para a prática, de onde devem surgir os novos conceitos. Porém, este processo não está sendo tão fácil e linear quanto parece. Os novos campos e as novas demandas surgidas no mercado de trabalho para a clínica, estão forçando o psicólogo a sair do consultório, a descobrir novos fenômenos que a todo momento questionam e põem em cheque nossas teorias. Está muito difícil abrir mão delas e tentar destacar o que há de novo, a vislumbrar uma nova prática. Mas as instituições estão aí, abertas e nos argüindo e convidando o tempo todo a construir algo novo.

O que está em jogo aqui são as próprias teorias e o apego da racionalidade científica por modelos. Dupuy (1996) nos fala do fascínio da ciência pelos modelos, cuja fabricação é universal, mas cujo sentido é invertido nas ciências. Enquanto no senso comum modelo é aquilo que se imita, nas ciências, trata-se o modelo de uma imitação, repetição, reprodução, representação do objeto ou fenômeno estudado.

Arendt (apud DUPUY, ibidem) denomina o cientista de *Homo Faber*, isto porque, antes de mais nada, é ele quem concebe e fabrica modelos. Isto lhe confere um controle sobre os próprios fenômenos. “Controle explicativo e preditivo, em primeiro lugar, graças ao poder da ferramenta

matemática...Controle do poder criador da analogia, sobretudo... Conhecer é produzir um modelo e efetuar sobre ele manipulações ordenadas” (DUPUY, ibdem ps. 23, 27).

Para Vigotski, a partir do momento que uma disciplina desenvolve um modelo consistente e condizente com a prática, inicia-se um período de expansão. Na medida em que o modelo se amplia, absorve outros modelos e conceitos, torna-se mais abstrato e com isto, vai se distanciando da prática a que lhe deu origem. E o maior risco, portanto, de se ter um modelo teórico ou conceito neste momento é de, como dito acima, inverter a relação entre modelo e objeto, comprimindo o fenômeno em uma camisa de força. Podemos dizer que é o que está acontecendo neste momento com nossas teorias que, não dando conta dos fenômenos da contemporaneidade, tentam enquadrar o sujeito moderno em seus modelos teóricos ao invés de extrair de suas lacunas o novo.

“O pensamento pós-moderno faz coro com um grupo de reflexões que afirmam a impossibilidade teórica sobre a psique, pois a teoria implica generalizações e determinações que pretenderiam defini-la como ela é...Assim, em seu caráter absoluto as teorias na psicologia clínica, muitas vezes, serviram como pontos finais de explicação, de modo que as investigações do empírico deveriam, antes de tudo, confirmar as categorias teóricas consagradas, sem colocá-las sob questionamento” (NEUBERN 2004 ps. 54, 114). Podemos dizer que esta inversão, em que a teoria é que determina o sujeito (ou o fenômeno) e não este a teoria, atingiu a todas as nossas abordagens em clínica que se encontram, dentro do enfoque de Vigotski, infladas e com caráter ideológico

A primeira crítica pós-moderna às psicologias (inclue-se aqui a psicanálise) que se deve destacar portanto, é quanto á teoria em si mesma, aprisionando e calcificando o sujeito. É preciso definir uma nova relação entre a teoria e seu objeto, uma relação dialógica onde a teoria da clínica está sempre pronta a alterar seus conceitos em função das mudanças em seu objeto, o sujeito. A clínica pós-moderna, portanto, considera a teoria não como um ponto final a ser alcançado ou confirmado, mas como “um conjunto de referências conceituais que permitem, dentro de uma lógica configuracional, um diálogo capaz de qualificar os sentidos construídos pelos sujeitos em seus diferentes momentos

qualitativos” (NEUBERN 2004 p. 52). A teoria deve ser inclusiva, flexível, aberta à novidade do fenômeno. A clínica existe em função do sujeito e não o sujeito em função da clínica.

A complexidade, como uma das características mais marcantes da pós-modernidade, atingiu também a clínica gerando “uma espécie de curto-circuito que estabelece relações entre noções cujo encontro seria anteriormente proibido e amaldiçoado em nome da razão mas que agora, parecem ter tomado um caminho de aproximação sem volta” (NEUBERN apud MORIN 2004). Portanto, a psicologia clínica se multiplicou em centenas de abordagens, com as mais diversas combinações teóricas, com as mais variadas técnicas de intervenção. Está tão fragmentada e perdida quanto o sujeito a quem tenta curar. Estamos vivendo no momento uma transição de paradigmas na psicologia clínica, o velho já não se sustenta mais e o novo ainda não se configurou como tal. Cabe a cada um de nós, a partir dos impasses que vivemos no dia a dia, contribuir para a construção deste novo paradigma, cujos contornos gerais já se anunciam.

### **3.4 Alguns críticos, suas críticas e possíveis saídas**

Como se pode perceber, apesar de termos reservado duas partes para as críticas, estas por outro lado perpassam todo o trabalho. A crítica é inevitável, pois qualquer passo para a frente no saber, na ciência empírica, é sempre ao mesmo tempo um ato de crítica aos conceitos do passado (VIGOTSKI, 1996). Nesta seção vamos abordar de forma mais direta a crítica contemporânea à psicologia clínica. Resgatando também Vigotski e Politzer, pois suas análises ainda hoje são pertinentes; ambos, ao mesmo tempo que criticam, apontam um caminho, hoje tão atual como na época.

Estamos vivendo uma transição de paradigmas em ciências humanas, em especial na psicologia clínica. Ao longo do século passado, as diversas abordagens em clínica estiveram brigando entre si pela hegemonia conceitual. Terapias comportamentais, sugestivas e adaptativas,

terapias dinâmicas, profundas e analíticas e as terapias de caráter compreensivo viviam uma relação dialética e não dialógica. Chegaram às vias de uma relação ideológica com a verdade.

E nesta briga interna, os psicólogos clínicos não perceberam que todas estas abordagens, independente de serem adaptativas, elaborativas ou sugestivas, são teorias individualistas, que priorizam a subjetividade em detrimento do histórico e social. Portanto, teorias que reforçaram o paradigma dominante. “Brevemente, os principais modos de teoria, métodos e práticas psicológicas estão por si mesmos intrinsecamente associados ao desenvolvimento do individualismo proposto por governos liberais” (MOREIRA & SLOAN 2002 p. 88 apud ROSE 1996). Se até então o conflito era interno entre adaptação e elaboração, ou entre indivíduo e sujeito, vê-se hoje que ambos fazem parte da mesma moeda, ou seja, a ideologia individualista. “É assim que, nas escolas psicanalíticas e psicodinâmicas, o passado, o individual e o interno assumiram um papel de dominância com relação ao atual, ao social e ao externo” (MOREIRA & SLOAN 2002 p.140).

De forma que, como dito anteriormente, a primeira crítica à clínica que se observa hoje diz respeito ao fato de que nossas teorias foram criadas num tempo de exaltação à subjetividade e todas reproduzem o paradigma individualista dominante. Existe um paradoxo no paradigma dominante onde ao mesmo tempo que afirma sobremaneira a individualidade, a subjetividade, ao mesmo tempo a exclui, através de suas teorias e modelos. Como diz Neubern “boa parte dos autores clínicos envolvidos nessa discussão promove um questionamento radical quanto à condição epistemológica da teoria (seu uso, suas possibilidades e princípios) na sua relação com a subjetividade e o sentido. Isto porque, colocam o desafio sobre até que ponto seria possível construir uma teoria sobre a subjetividade sem descaracterizá-la em seus processos... (2004, p. 49)

Portanto, aqui a tensão vai além, supera a discussão e o antagonismo secular entre objetivo e subjetivo, endógeno e exógeno, métodos compreensivos e explicativos, o individual e o social. Vai além também da eterna tensão ou conflito entre as abordagens comportamental, psicanálise e existencial humanista; esta discussão ainda se encontra dentro das fronteiras da psicologia clínica,



ou seja, é uma disputa bairrista pela hegemonia. A questão agora é maior, extrapola a fronteira da clínica e até mesmo da psicologia. A tensão se instala no cerne do saber, nas matrizes teóricas e adquire um caráter epistemológico. “A ausência de uma reflexão epistemológica, ao mesmo tempo em que não permitia a discussão sobre os pressupostos teóricos, alimentava a idéia de que as teorias se legitimavam única e exclusivamente em sua relação com o mundo empírico” (ibidem p. 26).

Ora, o que Neubern denomina ausência de reflexão epistemológica, nada mais é que o momento narcísico pelo qual passou nossas teorias século passado, caracterizado por uma baixa, ou mesmo nula auto crítica, aliada a uma crítica acirrada às teorias alheias. Os tempos pós-modernos trouxeram a discussão epistemológica para dentro da clínica.

Mas, lembremos por um momento Politzer e Vigotski. Uma das críticas de Politzer à psicologia clássica era seu abstracionismo, chegou a elogiar a técnica psicanalítica por se voltar para um sujeito concreto, mas rejeitou sua teoria e o conceito de inconsciente, os quais considerava abstracionista, generalizante e um retorno à psicologia clássica. O que Politzer denominou de psicologia clássica, não se configurou, ou talvez tenha gerado toda a diversidade de teorias que temos hoje na psicologia, porém o caráter abstracionista de nossas teorias persiste até hoje. “Boa parte das escolas psicodinâmicas, sob a influência psicanalítica, preconizava mecanismos universais de tornar consciente o inconsciente, fosse pela via do insight, fosse pela via da análise da transferência, o que consiste no privilégio de uma via de direção única, em que o conteúdo conflitivo viria das profundezas do inconsciente para as luzes conscientes (NEUBERN 2004 p. 30).

Portanto, a segunda crítica pós-moderna importante às psicologias, é um corolário da primeira, ou seja, seu caráter abstracionista, que separa o fenômeno psicológico do sujeito que o produz, objetivando estes fatos, transformando-os em fatos em terceira pessoa e eliminando o sujeito (POLITZER 1998). É exatamente o apego a um modelo, ou a uma teoria do sujeito que

conduz naturalmente à tendência abstracionista e reducionista onde tudo se transforma em cognição, comportamento, percepção ou fenômeno inconsciente.

Porém, há tantos sujeitos quantas teorias existentes sobre a terra. A própria psicologia é também responsável pela fragmentação do sujeito pós-moderno, suas teorias em clínica o dividem em cognições, representações, comportamentos, funções mentais, cerebrais, biológicas, tópicas e instâncias. Como diz Neubern “as operações disjuntivas e reducionistas presentes na concepção do objeto de estudo da psicologia clínica remontam a problemas epistemológicos centrais. Um deles, já destacado anteriormente, é a concepção generalista e transcendente das teorias que excluem os processos subjetivos desenvolvidos no cotidiano das ações sociais dos sujeitos. Em termos de psicologia clínica, é possível que as teorias tenham-se constituído como ‘males necessários’, isto é, como momentos de afirmação científica que apesar dos recortes e limitações, promoveriam o projeto de estudo científico da psiquê” (2004 p. 140).

Afim de contrapor à abstração, Politzer propõe o que denomina uma *psicologia concreta*, e apesar de não ter terminado seu projeto, deixou pistas importantes acerca do que seria esta psicologia. Algumas destas não se confirmaram, outras se concretizaram através das várias abordagens vindouras, principalmente as de cunho fenomenológico e humanista. A psicologia concreta visa reaproximar o fato do conceito, resgatar o sujeito do abstracionismo, do realismo e do funcionalismo. Quer dar voz novamente ao sujeito que fala e age. Politzer usa termos como ato, fato psicológico e drama afim de mostrar que é em ato que o sujeito dá sentido à sua existência e se constitui (POLITZER 1998).

Porém, ainda se mantém dentro do paradigma individualista, preso a subjetividade e a um sujeito autônomo. Já Vigotski vai na mesma direção de Politzer, porém, influenciado pelo materialismo histórico, avança ainda mais visando propondo um materialismo psicológico, dando a devida importância aos fatores históricos e sociais que intervêm na constituição do sujeito

(VIGOTSKI 1996). Sua abordagem, denominada Sócio-histórica também pode ser considerada, em clínica, como conceito de transição do paradigma individualista.

Paradoxalmente, apesar de todas as teorias em clínica reforçarem a ideologia individualista dominante com seus aparatos teóricos, elas tendem, por outro lado, a anular ou excluir a subjetividade na medida em que elaboraram um arcabouço teórico e conceitual generalista, abstrato, rígido. É o que ocorre (em maior escala) nos tempos pós-modernos, que fazem uma apologia à diferença e à autenticidade desde que todos sigam as orientações dos ‘sistemas especializados’ (GIDDENS 2002), usem tênis Nike e ouçam a música do moda. Num mundo em que todos têm que ser diferentes e originais, cai-se novamente na repetição, no mesmo. Ser diferente portanto, é ser igual a todos, é normal, é a regra.

O apego aos modelos e teorias levam também a busca das regularidades, ou seja, do repetitivo, do que confirma os modelos, mais do que aos furos, falhas, aos movimentos desordenados, àquilo que desconfirmaria suas teorias. “Esse posicionamento crítico permitiu apontar e denunciar como as escolas tradicionais da clínica repetem o paradigma dominante, o que, muitas vezes, parece passar despercebido de boa parte de seus adeptos, principalmente no que diz respeito à exclusão da subjetividade” (NEUBERN 2004 p. 184).

Portanto, a terceira crítica pós-moderna à clínica, e talvez a mais importante, é o seu caráter ideológico, reproduzindo através de suas teorias o paradigma individualista. Praticamente todas as abordagens tem sua teoria da personalidade, sua teoria do desenvolvimento, sua psicopatologia e todas em consonância com seus conceitos centrais e de acordo com a ideologia vigente privilegiam o subjetivo, o interno, o intrapsíquico, o indivíduo (MOREIRA & SLOAN 2002). Neubern (2004) mostra como o paradigma dominante determinou o desenvolvimento de um modelo clínico dominante calcado nas noções de interno, essência, indivíduo, universalidade, determinação, natureza, inconsciente, em detrimento de outros modelos que hoje já adotam conceitos de transição.

Uma questão interessante é como que a psicologia clínica ao longo do século passado não se preocupou com o fator ideológico de suas construções, como diz Sloan “a principal razão do fracasso em massa da psicologia acadêmica como uma força para a melhoria humana tem sido sua inabilidade de entender os processos ideológicos e seus papéis na produção do sofrimento humano” (2002 p. 85).

Praticamente todas as teorias da personalidade e do desenvolvimento que influenciaram a clínica no século passado, apesar de refletir uma forma ‘histórica de personalidade’ (MOREIRA & SLOAN 2002 apud SÉVE, 1978) associado a um contexto particular, desconsideraram esta realidade e generalizaram seus conceitos para todas as sociedades e períodos históricos, como se fossem atemporais. E diante de todas as transformações dos tempos pós-modernos, ao invés de flexibilizar seus conceitos o enrijecem ainda mais como uma forma de defesa ante as crescentes ameaças práticas, técnicas e conceituais da pós-modernidade.

Portanto o ideológico está em seu caráter individualista e não social, “a personalidade é uma construção ideológica em dois sentidos. Primeiro, como conceito acadêmico...surge da conjunção do individualismo liberal e do positivismo das ciências naturais. Segundo, dentro da irracionalidade da ordem social contemporânea, a personalidade (o caráter individual) é sintoma de processos sociais de dominação e opressão” (MOREIRA & SLOAN ibdem p.77).

Enquanto Neubern propõe o paradigma da complexidade em clínica como uma saída para a crise, a bordagem crítica (MOREIRA & SLOAN 2002) propõe o paradigma histórico-social. Nossa sociedade capitalista, consumista, hedonista e imediatista chegou nos limites do individualismo. A vida, a história com seu movimento autônomo está forçando a passagem para um outro paradigma. Consideramos que a proposta da complexidade é mais abrangente na medida em que permite incluir, além do social e histórico, o aspecto biológico, orgânico, possibilitando a construção de conceitos também limítrofes, frutos de interseções às vezes até mesmo antagônicas entre conceitos tais como o biológico, o social e o individual.

Boa parte das teorias ou tendências contemporâneas em clínica (e todas as ciências adjacentes) adotam conceitos de transição entre o paradigma dominante, as noções dominantes em clínica (Neubern 2004) e as demais noções ou paradigmas, dos quais se destacam os paradigmas social, histórico, dialógico e o biológico, surgido no rastro das neurociências. A neuropsicologia é um exemplo de conceito ou abordagem de transição.

Consideramos o eu como uma construção frágil que se dá na interação entre o biológico e o contexto histórico-social. Rey (1997, 1999 apud NEUBERN 2004 ) considera a subjetividade como um “processo sutil que possui várias relações com as dimensões biológicas, sociais e culturais, mas não se esgota ou se explica por alguma delas”. Porém a intersubjetividade e o sujeito do cômputo (Morin 1996), ou seja, o histórico-social e o biológico vêm antes do sujeito, são estruturas a priori, que o sustentam e fundamentam.

O fator ideológico das teorias surge também quando elas tentam inverter esta equação e colocar o psíquico como anterior, como a priori em relação ao social e ao biológico. Como se pudéssemos ir contra nossa herança genética ou o mundo onde nascemos ou mesmo ao fluxo dos acontecimentos sociais no tempo e no espaço. “Dessa forma, ou o sofrimento é atribuído, quanto às suas fontes, ao indivíduo, ou seja, é ele o inadequado, e deve ser submetido aos tratamentos existentes, a psicoterapia entre eles, ou então o sofrimento é tornado ontológico e o indivíduo deve conviver com ele. Nos dois casos, a psicologia faz parte da ideologia e impede que os conflitos sociais possam ser vistos como origem do sofrimento” (CROCHÍK 1998 p. 3)

Assim, para Crochík, “uma das dificuldades para estudar a subjetividade nos dias de hoje, portanto, é o caráter ideológico da psicologia...a psicologia só não é ideológica quando pergunta pelas condições de existência de seu objeto, ou seja, quando é crítica” (1998 p. 3). Falar de uma psicologia crítica é falar da epistemologia na clínica. Epistemologia não é só para delimitar abordagens mas para questioná-las. É quando o saber questiona a si mesmo, é um meta saber.

Portanto, as propostas pós-modernas em clínica atrelam sua prática não só a uma reflexão teórica, mas antes de tudo, epistemológica, “tornando-se possível uma racionalidade específica para a discussão sobre o humano” (NEUBERN 2004 p.188) Racionalidade que rompe com os dogmas das teorias vigentes e busca uma articulação entre as diversas abordagens, não só em clínica mas nas diversas disciplinas adjacentes, como também no social e biológico. As teorias devem voltar a se abrir para o frescor do fato ou do fenômeno, como também para as outras teorias. A complexidade permite esta abertura e conduz às mais variadas formas de articulações entre conceitos. Temos que ver as teorias hoje não como antagônicas, mas como complementares.

A abordagem crítica tem crescido muito ao longo dos últimos anos, trata-se antes de um movimento, que de um enfoque teórico propriamente dito, é fruto da crise da psicologia e de reflexões críticas acerca de seu caráter. Visa à crítica à ideologia que existe na psicologia, tendo a pretensão de constituir uma clínica desideologizadora. Segundo Moreira “para que seja possível transcender aos discursos ideológicos é necessário um processo de reflexão-ação do fenômeno psicopatológico em sua totalidade, no sentido de alcançar uma etiologia desideologizadora da psicopatologia atrelada a uma clínica desideologizadora” (2002 p. 167).

Moreira faz uma análise do impacto dos tempos pós-modernos na subjetividade e na etiologia de alguns transtornos mentais. Novas formas de subjetivação da experiência, dão origem a novas formas de sofrimento mental ou adoecimento psicológico. Ansiedades e inseguranças afetaram todas as épocas anteriores, mas hoje o conteúdo e a forma das ansiedades predominantes certamente mudaram (GIDDENS 2002). Melucci também chama atenção para este fato, “são necessárias novas abordagens do sofrimento psicológico por que sua forma mudou” (1996 p. 211).

Durante boa parte do século passado a psicologia conviveu com o que Moreira (2002) denomina paradigma das grandes estruturas, e a diferenciação entre neurose e psicose era de fundamental importância para condução do tratamento. Na contemporaneidade, no que tange às novas formas de adoecimento mental, não se pode mais falar de um sistema explicativo único, mas

de uma pluralidade de modelos e métodos. A proposta da psicologia crítica é a de “utilizar uma lente cultural para entender a experiência psicopatológica em sua complexidade histórica, que inclui, por exemplo, a identificação de situações de injustiça e desigualdade sociais como parte da etiologia” (MOREIRA & SLOAN 2002, p.125).

Portanto, para esta abordagem, o sintoma ou transtorno mental é determinado também através de processos sociais e ideológicos. Os autores observam como que a partir dos anos 50 “se observa o declínio das clássicas constelações edípicas de neurose, tais como fobias, histerias e desordens obsessivas, dando lugar às desordens de personalidade – a narcísica, a depressiva, a sadomasoquista, a anti-social e a borderline, por exemplo” (MOREIRA & SLOAN 2002, p.135). Depressão, pânico, stress, ansiedade, alexitimia, transtornos alimentares, da atenção e hiperatividade, bem como os transtornos de personalidade, todos estes quadros clínicos apresentam hoje novas configurações. Se são, socialmente determinados (bem como biologicamente), devem também em clínica serem abordados dentro de um enfoque mais amplo, ou seja, um enfoque sócio-histórico.

Portanto, um dos conceitos em psicopatologia mais utilizados século passado deve hoje, ser severamente questionado. Trata-se do conceito de endógeno. A palavra endógeno significa “*originado no interior de ou por fatores internos* (biológicos) é uma definição, obviamente, mais uma vez ancorada na tradição dualista ocidental que divide o homem em um dentro e um fora, interior e exterior, indivíduo e sociedade...é sem dúvida muito mais que um engano, trata-se de um mecanismo ideológico, que faz parte do âmbito da saúde mental” (MOREIRA & SLOAN 2002, p.174, 176). Afirma a separatividade entre sujeito e sociedade, reforça o paradigma individualista e a visão de um sujeito autônomo, imanente, que é capaz de produzir (inclusive) seus sintomas a partir de si mesmo, independente do contexto histórico ou à revelia deste.

A questão é que a palavra endógeno é ambígua e se refere a algo que se encontra entre o somático e o psíquico, ou seja, pode tanto ter origem no organismo como no psiquismo. Já o

exógeno se refere a algo entre o somático e o social. O corpo assume sua devida importância como intermediário plástico entre eu e o outro. Ao mesmo tempo que o corpo é eu, também pode se tornar estranho, um outro. Ao mesmo tempo que é interno, é externo, do mundo. Ao mesmo tempo que é sujeito é também objeto. Nem o eu se esgota no corpo, nem o corpo está contido integralmente no eu.

E é neste tripé biopsicossocial que se dá nossa pequena existência. Qualquer abordagem que tenha a pretensão de ser desideologizadora deve considerar em suas análises estas três dimensões da existência. Antes de tudo há um mundo, uma cultura, um contexto histórico; há também um corpo, prematuro, virgem, a espera dos cuidados que lhe possibilitarão se constituir como, e constituir um sujeito. Portanto, antes há um corpo e um mundo, antes há o outro, com seu olhar, com seu toque, com seu corpo, com sua palavra. Depois o eu, o *self*, com sua persona, seu caráter. Biológico, social e psicológico não se excluem nem se esgotam, mas se complementam. O sujeito surge da interação com o mundo, mas já em idade precoce também influencia e determina mudanças em seu ambiente. As três dimensões se constituem recíproca e intrinsecamente (fig. 3).

### Estrutura existencial do Self

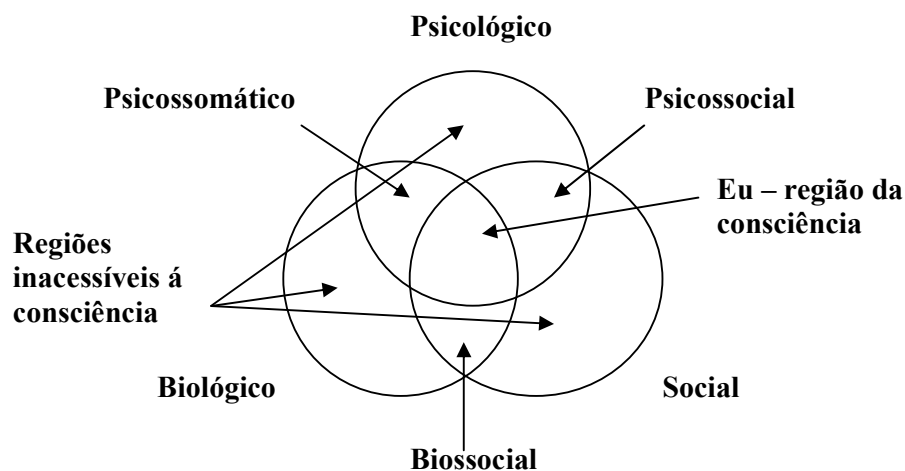


Fig. 3



Portanto, qualquer abordagem que desconsidere uma destas dimensões, está correndo sérios riscos de cair na ideologização. A ênfase individualista adotada pela psicologia clínica ao longo de todo o século passado fez com que ela visse o biológico, o corpo, o orgânico, bem como o social, o histórico como epifenômenos no processo terapêutico onde o foco era em um sujeito intrapsíquico, independente, autônomo, anterior ao bio e o social.

O que temos hoje em clínica não são novos paradigmas, mas o que podemos chamar de paradigmas de transição que apesar de ainda afirmar o modelo dominante, ao mesmo tempo apresenta rupturas com o mesmo. As abordagens humanistas-existenciais são alguns exemplos destes modelos que, apesar de ainda guardar muito mais pontos em comum com o paradigma dominante, buscam superá-lo através da evolução de seus conceitos ao longo da história. A produção contemporânea em clínica deu um passo a mais em relação às abordagens mais tradicionais citadas acima, pregam um retorno ao outro, à relação e ao social como a sistêmica, a psicologia crítica (MOREIRA & SLOAN 2002), a abordagem da complexidade (NEUBERN 2004), o construcionismo (SPINK 2002), estes são também modelos que tentam romper com o paradigma dominante propondo uma saída a partir de uma abordagem histórica, social, crítica, dialógica. São escolas que pela própria natureza extrapolam a clínica e são essencialmente transdisciplinares. Tais como a maioria das teorias surgidas em ciências humanas e sociais na contemporaneidade.

## 4. Conclusão

*“Pela própria natureza de seus campos, objetos de estudo e indagações, a psicologia não deixa de apresentar uma relação com o futuro (isto é, um novo paradigma), talvez mais forte do que com o que a prende ao passado”*  
Neubern

A pós-modernidade, sem dúvida, não quebrou com o paradigma individualista, da subjetividade, ao contrário, o exacerbou, o levou às últimas consequências, ao hiperindividualismo, gerando um sujeito egocêntrico, egoísta, *ególatra*, narcisista, hedonista, fechado, trancado em si mesmo. Estamos vivendo atualmente um grande impasse. O paradigma dominante já não atende às demandas de uma civilização acuada, amedrontada, literalmente aterrorizada, sem perspectivas. Estamos num beco sem saída. Já não dá mais para retornar aos antigos paradigmas das sociedades pré-modernas, mas também a forma como estamos lidando com nossas relações e com nosso mundo já não atendem às nossas demandas mais urgentes.

A modernidade tardia criou, com todos os avanços nas áreas técnicas, científicas, da informação, novas formas de subjetivação da experiência e portanto, novas formas de constituição do sujeito. Ora, não podia ser diferente. Os novos contextos, geram, por conseguinte, um novo sujeito. O sujeito pós-moderno é, em suma, um sujeito desenraizado, desmaterializado, desancorado do mundo concreto, objetivo. Ao mesmo tempo que ele está antenado em tudo que acontece no mundo, não sabe o que acontece ao seu lado.

Há cerca de 30 ou 40 anos atrás, o sujeito se constituía basicamente a partir de relações face a face (THOMPSON, 1998), as relações mediadas e quase mediadas eram apenas formas de relações acessórias que, apesar do sujeito lançar mão delas, eram pontuais e não tinham maiores influências para a constituição da subjetividade. Hoje, no mundo informatizado, globalizado, da

internet, do celular, dos satélites, hoje na sociedade da informação, as relações mediadas (como e-mails e chats, telefone fixo, celular, cartas) e as quase mediadas (como TV, rádio, jornais, revistas, vídeo games, cinemas e a própria internet) ganharam tamanha relevância que podemos afirmar sem medo que o sujeito se constituiu em grande medida a partir das relações mediadas e quase mediadas.

Hoje, vemos crianças e jovens que passam horas na frente do computador em chats e sites diversos, depois ligam a TV, vão ler revistas ou livros (em sua maioria pouco instrutivos), falar no celular e mau falam com seus pares dentro de casa. As pessoas fazem amizades com alguém a quilômetros de distância, e mal conhecem o vizinho da frente. Hoje, as relações mediadas e quase mediadas se constituem, portanto, em fatores de grande importância para a formação do self.

Como diz Thompson (1998, p. 181) “com o desenvolvimento das sociedades modernas, o processo de formação do self se torna mais reflexivo e aberto, no sentido de que os indivíduos dependem cada vez mais dos próprios recursos para construir uma identidade coerente para si mesmos. Ao mesmo tempo, o processo de formação do self é cada vez mais alimentado por materiais simbólicos mediados”. Nunca, na história da humanidade o local e o global estiveram tão intimamente ligados na formação do self, que, como dito anteriormente, aqui podemos definir como um projeto simbólico, reflexivo e narrativo (THOMPSON, 1998; GIDDENS, 2002), que o indivíduo constrói ativamente a partir de sua história, de sua biografia. Cabe ao sujeito, construir, em meio ao caleidoscópio de informações que recebe a cada dia em suas relações, principalmente como disse, as mediadas e quase mediadas, uma narrativa coerente e consistente que amarre todo cabedal de informações que recebe, criando uma identidade estável que se sustente na trama histórica que se desenrola no tempo e no espaço.

Ora, hoje, isto se torna extremamente complicado, considerando o grande peso das relações mediadas e quase mediadas na constituição do self, pois através destas relações o sujeito recebe informações fragmentadas, incompletas, quando não distorcidas. É o que Giddens (2002)

denomina efeito colagem, ou seja, recebemos através de jornais, revistas, internet ou qualquer outro meio que use informações picotadas e justapostas a outras que, a rigor, não guardam nenhuma relação entre si.

Um exemplo é o telejornal, onde após segundos de reportagem sobre o Iraque, vem outra de esporte, depois de política, depois de saúde, tudo em minutos de forma fragmentada e insatisfatória para que formemos uma opinião mais abrangente e completa dos acontecimentos. Não é à toa que o sujeito pós-moderno está cada vez mais fragmentado e com mais dificuldade de manter em andamento, uma narrativa particular coerente e que lhe de um mínimo de estabilidade.

Portanto, os produtos da mídia podem ter consequências muito negativas para a formação do sujeito. Thompson aponta quatro consequências: “1) a intrusão mediada de mensagens ideológicas; 2) a dupla dependência mediada; 3) o efeito desorientador da sobrecarga simbólica; e 4) a absorção do self na interação quase mediada” (1998 p. 186). Vejamos cada uma de forma sucinta.

Quanto à primeira, para Thompson “a noção de ideologia ainda tem um útil e importante papel na análise das formas simbólicas”, estas “não são ideológicas *per se*: elas são ideológicas somente e até onde servem, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar sistematicamente relações assimétricas de poder” (1998, p. 186). Para o autor, toda mensagem mediada pode ser ideológica dependendo de como são introjetadas pelos sujeitos e incorporadas às suas vidas, aos seus projetos narrativos e reflexivos. É claro que a evolução da mídia enriqueceu e acentuou a organização reflexiva do self e portanto, nem sempre estas consequências são perturbadoras. “Além disso, quando formas simbólicas mediadas são incorporadas reflexivamente aos projetos de formação do self...então as mensagens da mídia podem assumir um papel ideológico bastante poderoso. Elas se tornam profundamente internalizadas no self e são expressas menos em crenças e opiniões explícitas, do que no modo como o indivíduo se porta no mundo.” (THOMPSON, 1998 p. 187).

No segundo aspecto, a dupla dependência mediada, o autor nos mostra como que, quanto mais o sujeito se enriquece com as formas simbólicas mediadas, mais se torna dependente delas que ficam sempre além de seu controle. “A este respeito, reflexividade e dependência não são necessariamente opostas uma à outra.” Através das relações mediadas “o self se torna mais e mais organizado como projeto reflexivo através do qual ele constrói, na forma de autobiografia narrativa, a própria identidade. Ao mesmo tempo, contudo, os indivíduos se tornam cada vez mais dependentes de um leque de instituições e sistemas sociais que lhe proporcionam os meios – tanto materiais quanto simbólicos – de construção de seus projetos de vida (ibidem p. 187).

Aqui é importante lembrar Giddens, quando este nos fala dos sistemas especializados, que, como já citado se constituem em sistemas de saberes “que penetram em virtualmente todos os aspectos da vida social...não se limitam a áreas tecnológicas; estendem-se às próprias relações sociais e às intimidades do eu.” (2002 p. 24). Giddens dá como exemplo o cientista, o técnico, o engenheiro, e também o médico, o psicólogo, o advogado como representantes destes sistemas que dizem literalmente o que devemos fazer, como devemos agir nas diversas situações da vida e nas diversas áreas que compõem nossa existência, tais como a saúde, a segurança, a educação, o lazer etc.

Ora, os sistemas especializados incluem não só o que Thompson denomina dupla dependência mediada, pois estamos cada vez mais dependentes destes saberes que vem da mídia, como também o fator ideológico intrínseco a eles. Eis um dos grandes paradoxos do sujeito pós-moderno, quanto mais busca sua autonomia, mais fica dependente destes sistemas que vem do outro, da mídia. A literatura de auto-ajuda é um dos exemplos que ilustram este paradoxo. Faz parte dos sistemas especializados e visam literalmente dar ao sujeito ferramentas para que ele sozinho, possa lidar com seus problemas e resolvê-los, possa ter sucesso e ser feliz. Este tipo de literatura abarrotas as prateleiras, ocupa um lugar cada vez maior nas livrarias e vende cada vez mais. Trata-se da ânsia do sujeito de autonomia, esta interpretada como independência completa em relação ao outro.

O sujeito está cada vez mais a procura desta independência, além dele ter que constituir e organizar-se enquanto self, enquanto narrativa histórica a partir das informações que recebe, seja de forma mediada ou não, ainda tem que ser independente, dar conta de si, ser feliz e bem sucedido à revelia do outro. Tudo se passa na pós-modernidade, como se o outro fosse secundário, um epifenômeno em relação à constituição do eu. Mas trata-se de um grande engodo.

Quanto mais reflexivo se torna o self, mais dependente ele se torna das relações mediadas e dos sistemas especializados. Como diz Thompson “este é o paradoxo com o qual as pessoas se confrontam cada vez mais neste século XX: a acentuação da organização reflexiva do self acontece sob condições que tornam o indivíduo ainda mais dependente de sistemas sociais sobre os quais tem relativamente pouco controle” (1998 p. 187)

Em relação ao terceiro aspecto, vejamos o que nos diz Thompson: “a crescente disponibilidade dos materiais simbólicos mediados pode não somente enriquecer o processo de formação do self: pode também ter um efeito desorientador. A enorme variedade e multiplicidade de mensagens disponíveis pela mídia pode provocar um tipo de ‘sobrecarga simbólica’” (1998 p. 188).

Mas os indivíduos sempre encontram uma maneira de selecionar e filtrar a enorme sobrecarga de informação que recebe da mídia, seja impressa ou eletrônica. Em geral, esta seleção acontece de forma espontânea de acordo com o estilo de vida adotado, este pode ser definido como um “conjunto mais ou menos integrado de práticas que um indivíduo abraça, não só porque essas práticas preenchem necessidades utilitárias, mas porque dão forma material a uma narrativa particular da auto-identidade” (GIDDENS 2002 p. 79).

De fato, é impossível o indivíduo integrar a seu projeto narrativo, simbólico toda a infinita variedade de informações que recebe, apenas uma pequena parte destas informações são integradas e passam a fazer parte de sua identidade, de sua constituição. E estas são selecionadas de acordo com o estilo de vida. “Não damos a todas as experiências o mesmo peso, mas nos

orientamos para aquelas que fazem parte das prioridades do projeto do self que queremos” (THOMPSON 1998 p. 199). Com isto o sujeito se protege e se organiza em relação a este efeito desorientador que, porém, ainda assim atinge um número cada vez mais crescente de sujeitos que como dissemos anteriormente se encontram perdidos e sem os ancoramentos necessários para constituir um self coeso e estruturado.

O quarto aspecto diz respeito à absorção do self na interação quase mediada. Este tipo de relação tem características próprias. Para muitos indivíduos a relação quase mediada é apenas uma entre tantas outras formas de interação através dos quais o sujeito intercambia materiais simbólicos incorporando ao seu projeto reflexivo, tais como a relação face a face, a mais importante na constituição do sujeito, e a relação mediada. “Contudo, é claro que em alguns casos os indivíduos podem confiar muito mais nos materiais simbólicos mediados; estes materiais se tornam menos um recurso de que eles se servem e que eles incorporam reflexivamente em seus projetos de vida, do que um objeto de identificação a que eles se apegam forte e emocionalmente... o self é absorvido por uma forma de interação quase mediada” (THOMPSON 1998 p. 190).

A interação quase mediada é uma relação de intimidade não recíproca, ou seja, de uma via só. Onde o sujeito só recebe as informações, pode até escolher o material ou tema que ele recebe, mas não tem domínio do conteúdo e de como este lhe é impingido. Junto com as relações mediadas, as quase mediadas podem ser definidas também através do que Giddens denomina mecanismos de desencaixe, ou seja, uma separação ou esvaziamento da relação tempo e espaço “o descolamento das relações sociais dos contextos locais e sua recombinação através de distâncias indeterminadas do tempo/espço” (2002 p. 221). Somos capazes de nos relacionar com alguém que está do outro lado do mundo, e no entanto mal conhecemos o vizinho da frente.

Thompson contrapõe a relação face a face, que ele denomina o vivido, com as relações mediadas dizendo que estas últimas afetam o self de modo “tênue, intermitente e seletivo” (2004 p. 199). Ora, vemos de forma um pouco diferente esta questão. As relações mediadas estão tendo a

cada dia um peso maior na construção do self e não podem ser diferenciadas do vivido. O vivido inclui além das relações face a face, as relações mediadas. Apenas o vivido imediato do sujeito se dá em relação a uma máquina que intermedia seus contatos com o outro. Além disto, em muitos casos a máquina passa também a ser um outro por si só e mesmo nas relações mediadas, aqueles que estão do outro lado são secundários e meros objetos para o self.

Portanto, a reflexividade, o desencaixe, o efeito colagem, a relação local global, as relações mediadas e quase mediadas com todos os materiais simbólicos disponíveis através das quais o sujeito hoje lança mão a fim de realizar seu projeto narrativo, são alguns fatores que tornam este sujeito fragmentado e desenraizado. O sujeito está perdendo a capacidade de dialetizar passado presente e futuro numa narrativa coesa. Está cada vez mais desnarrativo, a mercê de momentos pontuais e estanques em que ele não consegue mais tecer sua trama histórica. Um sujeito imediatista e hedonista. Cada vez mais globalizado e mais desmaterializado. Se tornando cada vez mais virtual, etéreo. A cada dia mais distante do outro concreto, da vida concreta, da relação face a face. Envolto em um casulo protetor (Giddens 2002) que não só o protege como o isola.

Como dito anteriormente, os novos contextos inaugurados pela pós-modernidade determinaram novas formas de relações, novas formas de subjetivação da experiência, e por extensão de constituição do self. Temos, portanto, o advento de um novo sujeito. Nossas teorias e práticas em psicologia clínica, na mediada em que foram cunhadas há pelo menos 40 anos atrás (a psicanálise e a comportamental já têm mais de 100 anos) estão presas, apegadas há um conceito de sujeito que já não atende mais às necessidades do sujeito pós-moderno.

O sujeito de que trata as nossas teorias é um sujeito abstrato, subjetivo, intrapsíquico autônomo, independente, capaz de dar sentido e significado às suas experiências independente do outro, do contexto histórico. Um sujeito psíquico e descorporizado. Notem que todos os grandes teóricos que falaram sobre o corpo no século passado foram postos à margem da academia. Assim



como todos aqueles que tentaram abordar o sujeito como histórico e social foram banidos da clínica e classificados como abordagem psicossocial.

Restou à clínica no século passado o psíquico, falar e desvendar a mente, as emoções e o comportamento. É claro que as abordagens clínicas não desconsideraram completamente o biológico, o corpo e nem o contexto histórico, mas estes foram sempre considerados epifenômenos, fatores secundários para a constituição da subjetividade, mesmo quando repetem – às vezes exaustivamente – que o sujeito ao nascer já encontra uma linguagem e uma cultura. É como se o biológico e o social viesse depois do sujeito, e este tivesse uma autonomia ou independência em relação a ambos, na construção de sentidos.

A crise da psicologia retrata a crise maior em que estamos vivendo na sociedade globalizada, crise de paradigmas, onde, como relata Boff (1996) o que antes era evidente e inquestionável, ante todas as mudanças do mundo passa a explicitar suas lacunas e começa a ser posto em cheque, em dúvida, em discussão. Ora, em se tratando da psicologia, o que antes era evidente e inquestionável era este sujeito já descrito anteriormente, abstrato, intrapsíquico. Que hoje está sendo questionado de todas as maneiras e de todos os lados, pois, esta concepção moderna já não encontra eco nos tempos pós-modernos.

É preciso rever esta concepção de sujeito, a crise da psicologia é também a crise deste sujeito cujo sentido nos escapa e nos convida a reconstruí-lo. O sujeito pós-moderno é outro e continuamos a vê-lo como há 40 anos atrás. Mas que outro sentido podemos dar a este sujeito? Quem, ou o que é este sujeito? As respostas a estas perguntas são a chave para a construção de uma nova clínica em psicologia. Nos momentos finais deste trabalho, pretendo refletir acerca destas questões sem, contudo, ter nenhuma pretensão de chegar a respostas definitivas, mas apenas colaborar para uma discussão que já faz parte dos meios acadêmicos em nossa área, em todo o mundo.

Uma questão que se coloca a priori é a da própria teoria. Nossas teorias se enrigeceram, se calcificaram. Ao abstrair, calcificar e generalizar seus conceitos as teorias promovem uma exclusão da subjetividade. “Uma das principais razões para a distância e dicotomia entre a pragmática e a explicação encontra suas raízes na exclusão da subjetividade presente na construção das teorias em psicologia clínica” (NEUBERN 2004 p.117). Para o autor a teoria não é um ponto a ser confirmado, mas um referencial conceitual que permite um diálogo com os sentidos construídos pelos sujeitos.

O autor crítica a teoria de forma geral e nossas teorias em psicologia clínica, observando como a teoria na pós-modernidade adquire um novo valor e uma nova configuração. “a teoria ganha, portanto, um caráter muito mais fluido, seja pela relação que possui com a subjetividade, em que não há uma dimensão explicativa a priori, seja com relação à própria epistemologia que a sustenta, onde há uma rede flexível de conceitos cujas relações ainda estão por ser conhecidas” (NEUBERN 2002 p. 190). Ma apesar de vermos as teorias com um outro enfoque, não podemos deixar de lançar mão de modelos que nos ajudem a construir uma nova clínica.

Primeiramente, devemos revisitar Renaut (1998) para rever o conceito de autonomia. Como dito em capítulo anterior, o conceito de autonomia foi, ao longo de século passado lido como independência. O sujeito autônomo é o sujeito independente do outro, do mundo, cuja vontade é soberana e cujos sentidos são construídos à revelia do contexto. Renaut questiona este sentido de autonomia. Se utiliza da dicotomia indivíduo/sujeito para mostrar que a independência e autonomia não são equivalentes. A primeira está relacionada à heteronomia e ao indivíduo; enquanto a segunda se relaciona à autonomia e ao sujeito.

O conceito de autonomia se refere à intersubjetividade e à interdependência. “Na medida em que a ideia de sujeito corresponde não ao valor (individualista) da independência, mas ao da autonomia (humanista), nela está incluída por definição, a relação com o outro” (RENAUT 1998

p.100). Portanto o sujeito autônomo é o sujeito concreto, este conceito de autonomia resgata o sujeito do abstracionismo e o contextualiza novamente.

É um sujeito histórico e social (MOREIRA e SLOAN 2002), um sujeito que produz seus sentidos, não de forma abstrata e intrapsíquica para depois compartilhar com o outro, mas na relação com o outro e com o mundo. O sentido é produzido no ‘entre’ (SPINK 2000, HYCNER 1995), “a intersubjetividade não deriva da subjetividade, mas o contrário” (GIDDENS 2002 p. 53).

Neubern define a subjetividade como “objeto-sistema que se modifica continuamente, apresenta rupturas consigo mesmo, que se organiza sob uma lógica configuracional, que se constitui e se interpenetra pelos processos sociais e culturais e cujos sentidos e formas de funcionamento são singulares” (NEUBERN 2004 p.187).

A perspectiva construcionista também apresenta um sujeito histórico social, um intersujeito. “A investigação, sob essa perspectiva, difere do enfoque tradicional por transferir o *locus* da explicação dos processos de conhecimento internos à mente para a exterioridade dos processos e estruturas da interação humana” (SPINK 2000 p. 26). Portanto o ser humano é um produto social e os processos de produção de sentido se dão na interação com o mundo na vida cotidiana. “A perspectiva construcionista procedeu a uma inversão radical do paradigma ao concentra-se nas construções sociais pela linguagem e pauta interativa... o conhecimento de fenômenos tidos como privados, como o pensamento, as emoções, os valores, se dá pela análise das formas como os termos ganham sentido nos intercâmbios sociais” (NEUBERN 2004 p.167).

Porém, até aqui, estamos ainda diante de um sujeito manco, pois este além de ser social e histórico, além de ser psiquismo (é claro que não podemos negar o psíquico, apenas tentamos lhe dar outra dimensão, diferente da tradicional) é também biológico. O aspecto biológico e corporal deve ser também considerado, não só em termos do corpo vivido, como do sujeito cerebral. “A concepção do cérebro como instância produtora do conhecimento parte da constatação óbvia de que não podemos pensar se não possuímos um cérebro... seria uma redução dizer que o

pensamento é produto apenas das práticas sociais. Para Ibáñez, o mais correto seria dizer que o pensamento tem sua condição na interface entre cérebro e sociedade, e, portanto não numa substância, mas num processo” (SPINK 2000 p.30).

O self, portanto, neste contexto adquire o sentido de uma organização frágil e instável que se constitui na interação entre cérebro, ou o biológico, e o ambiente, ou contexto social. Deve, nos dias de hoje, fazer um esforço tremendo para manter uma narrativa coesa e estruturada ante um mundo caótico e fragmentado. Qualquer alteração no corpo ou no ambiente pode levar o sujeito a fragmentação, à ruptura e a uma nova configuração e narrativa.

A clínica hoje deve portanto considerar todas estas variáveis. Estamos diante de um sujeito muito mais complexo e isto exige um novo enfoque, como o da complexidade de Morin (apud NEUBERN 2004), do construcionismo (SPINK 2000) e mesmo da psicologia crítica (MOREIRA e SLOAN 2002).

Por fim, hoje temos algumas correntes recentes, construídas em torno de conceitos também recentes e que apontam para saídas práticas na clínica psicológica. Estes conceitos não surgiram do nada, mas são frutos de todas estas reflexões, conduzidas por grandes pensadores e que procuramos reproduzir neste trabalho em escala bem reduzida. Dois destes conceitos são o de narrativa e dialogia. Não pretendo me deter nestes termos, pois não é nosso objetivo aqui, mas apenas citá-los afim de suscitar no leitor reflexões

A conceito de narrativa em terapia visa levar este sujeito fragmentado, desnarrativo, um sujeito que rompeu com seu passado e com as tradições e que também não tem um futuro, a recriar uma história coerente e coesa com seus projetos. Levá-lo a dialetizar novamente passado presente e futuro. A aprender a dar sentido a suas experiências e encaixá-las de forma coerente em sua cadeia discursiva, dentro de um projeto biográfico. Para Giddens narrativa é e “estória (ou estórias) por meio da qual a auto-identidade é entendida reflexivamente, tanto pelo indivíduo de que se trata quanto pelos outros” (2002 p.222).

Já o conceito de dialogia, surgiu do conceito de ‘entre’ da filosofia de Buber (HYCNER 1995). A psicoterapia dialógica surgiu nos EUA na década de 90. Trata-se da filosofia do diálogo. “Para Buber, o significado do inter-humano não será encontrado em qualquer um dos dois parceiros, nem nos dois juntos, mas somente no diálogo entre eles, no ‘entre’ que é vivido por ambos” (HYCNER 1995 p.23). Podemos dizer ser esta abordagem um passo a mais dentro das abordagens humanistas afim de superar este momento de crise. Spink – como dito anteriormente – também trabalha com o conceito, que no construcionismo significa que o sentido dado pelo sujeito às suas experiências é construído na relação dialógica com o outro e com o mundo, a partir de seus repertórios interpretativos e das pautas interativas em questão.

Boff, ao tentar delinear o novo paradigma em construção, dentre vários conceitos fala também da dialogia, ampliando seus conceitos a uma dimensão mais ampla, planetária, ecológica. “Há, por fim, a lógica dialógica ou pericorética. Por esta se procura o diálogo em todas as direções e em todos os momentos. Por isto supõe a atitude o mais inclusiva possível e a menos produtora de vítimas. A lógica do universo é dialógica: tudo interage com tudo em todos os pontos e em todas as circunstâncias” (1996 p.49).

É isto de que precisa hoje a humanidade, menos teoria e mais prática, menos técnica e mais humanismo, menos egoísmo e mais humanismo. Uma lógica inclusiva que contemple não só o outro ser humano, como também a natureza, o planeta, a nossa casa. Este trabalho teve o singelo objetivo de colaborar para que estas discussões possam levar a nós psicólogos a uma atitude mais inclusiva, mais humana, ajudando o outro a quebrar seu casulo e se abrir novamente para a relação e o encontro verdadeiro. Não podemos deixar de terminar, portanto, dizendo que tudo que foi exposto e que todos as questões levantadas aqui, podem ter uma grande saída resumida pela palavra AMOR.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. \_AGUIAR W. “Consciência e Atividade – Categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica” in BOCK A. M. et alli “Psicologia Sócio-Histórica” Cortez editora.
2. \_AMATUZZI M. M. “Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica” in Estudos de Psicologia, Vol. 13, n.º 1, 5 – 10, 1996.
3. \_ALEXANDER F. & SELESNICK S. “História da psiquiatria” São Paulo, IBRASA, 1968.
4. \_AZEVEDO M. C. “Não-moderno, moderno e pós-moderno”, Revista de educação AEC. Ano 22 n.º 89 out./nov. 1993.
5. \_BAREMBLITT G. “Compêndio de análise institucional e outras correntes” Rio de Janeiro, Rosa dos tempos, 1992.
6. \_BARRETO F. P.; “Sobre o nascimento e os fundamentos da clínica”, texto redigido a partir do seminário sobre Os Fundamentos da Clínica Psiquiátrica, realizado em 1991 no Centro de Estudos Galba Veloso, da residência de psiquiatria do Instituto Raul Soares. Circulação Interna.
7. \_BAUDRILLARD J. “Da sedução” Campinas, SP : Papyrus, 1991.
8. \_\_\_\_\_ “Modernidade” Enciclopédia Universalis Vol. 11 tradução Édil Guedes
9. \_BECK, J. S. “Terapia cognitiva: teoria e prática”, Porto Alegre, Artes Médicas, 1977.
10. \_BLEGER J. “Temas de Psicologia – Entrevista e Grupos”, Martins fontes, São Paulo, 2.<sup>a</sup> Ed. 1998.
11. \_BOFF L. “Ecologia: grito da terra, grito dos pobres” São Paulo, Editora Ática 2<sup>a</sup> ed. 1996.

12. \_CABRAL A. NICK E. “Dicionário técnico de psicologia” São Paulo, Ed. Cultrix Ltda 3ª ed.
13. \_CROCHÍK, J.L. “Os desafios atuais do estudo da subjetividade na psicologia” São Paulo Instituto de Psicologia USP, v. 9, n. 2, p. 69-85, 1998.
14. \_CARVALHO, P. S. “Interação entre humanos e computadores: uma introdução”, EDUC, 2000.
15. \_FAGAN J. & SHEPHERD I. (orgs.) “Gestalt-terapia: teoria, técnicas e aplicações”, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 3ª ed. 1977.
16. \_FOUCAULT, M. “O nascimento da clínica”, Editora Forense, Rio de Janeiro, 4ª ed. 1994.
17. \_\_\_\_\_ “As palavras e as coisas” ; Livraria Martins Fontes Editora LTDA, S.P., 4ª ed. 1987.
18. \_GARCIA C. “Clínica do Social” Mestrado em Psicologia da UFMG, Belo Horizonte 1997.
19. \_GIDDENS A. “Modernidade e identidade”, Jorge Zahar Ed. – R. J., 2002.
20. \_GIL A. C. “Como elaborar projetos de pesquisa” São Paulo Atlas, 4º ed. 2002.
21. \_GODOY A. S. “Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades” *in* Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, p. 57-63. S.P. Mar./Abr. 1995.
22. \_HENRIQUEZ E. “O papel do sujeito humano na dinâmica social”, *in* LÉVY A. et alli, “Psicossociologia: análise social e intervenção”, Ed. Vozes, Petrópolis RJ 1994.
23. \_JAPIASSU H. “Introdução à Epistemologia da psicologia” Imago Editora Ltda, R. J. 2ª ed. 1977.
24. \_LAING R. “O eu dividido” Rio de Janeiro, Zahar Editores: 1963)
25. \_LEWIN K. “Princípios de psicologia topológica” São Paulo, Cultrix, 1973.
26. \_LYOTARD, J.-F. “O pós-moderno” José Olympio, Rio de Janeiro, 1986.
27. \_LIPOVETSKY G. “A era do vazio” Relógio D’água editores Lda, Lisboa, 1983.

28. \_MARTINS J. BICUDO M. A. V. “A pesquisa qualitativa em psicologia” Editora Moraes, S.P. 2ª ed. 1994.
29. \_MELUCCI A. “A experiência Individual na sociedade planetária”, *in* Revista Lua Nova n.º 38, 1996.
30. \_MERLEAU-PONTY M. “Fenomenologia de la percepción” México: Fondo de Cultura Económica, 1957.
31. \_MINAYO M. C. S. “O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde” Hucitec-Abrasco, R.J. 1992.
32. \_MOFFATT A. “Terapia de crise” São Paulo, Cortez: 1982.
33. \_MOURA MARIA L. S. “Manual de elaboração de projetos de pesquisa”, Ed. UERJ, R.J. 1998.
34. \_MOREIRA V. e SLOAN T. “Personalidade, ideologia e psicopatologia crítica” São Paulo, Escuta, 2002.
35. \_MORIN E. “A noção de sujeito” *in* SCHNITMAN, D. (Org.) “Novos paradigmas: cultura e subjetividade” Porto Alegre: Artes Médicas 1996.
36. \_NEUBERN M. “Complexidade de psicologia clínica: desafios epistemológicos” Brasília: Editora Plano, 2004.
37. \_PAIVA R. “A constituição do Eu: os imperativos da interpretação e a perda do sentido.” *Tempo Social; Ver. Social. USP, São Paulo, 10(1): 83 a 104, maio 1998.*
38. \_PERLS F. “Gestalt-terapia explicada” São Paulo, Summus, 3.ª ed. 1977.
39. \_PICHON-RIVIÈRE E. “O processo grupal” Martins Fontes, S.P. 1998.
40. \_POLITZER G. “Crítica aos fundamentos da psicologia” Ed. UNIMEP, Piracicaba 1998.
41. \_RENAUT, A. “O indivíduo – Reflexões acerca da filosofia do sujeito”, Rio de Janeiro, Difel, 1998.
42. \_SANTOS J. F. “O que é pós-moderno” São Paulo, Brasiliense: 7ª ed. 1986).



43. \_TOMKA M. “A fragmentação do mundo das experiências na época moderna”.  
Concilium, n.º 271 ano 1997.
44. \_THOMPSON J. B. “A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia” Petrópolis,  
R.J. : Vozes, 2004.
45. \_ SPINK M. J. (org.) et all “Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano”  
Cortez editora, S. P. 2ª ed. 2000.
46. \_VIGOTSKI L. S. “Teoria e método em psicologia” São Paulo, Martins Fontes, 1996.
47. \_\_\_\_\_ “Formação social da mente” São Paulo, Martins Fontes 4ª ed. 1991.